

Mariana Alexandra de Eça Gonçalves



**Projecto de Prevenção e Dissuasão da toxicoddependência em
meio prisional: adaptação do programa *Pares Líderes***

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

Mariana Alexandra de Eça Gonçalves



**Projecto de Prevenção e Dissuasão da toxicodependência em
meio prisional: adaptação do programa *Pares Líderes*.**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

Mariana Alexandra de Eça Gonçalves

Projecto de Prevenção e Dissuasão da toxicoddependência em meio
prisional: adaptação do programa *Pares Líderes*.

Assinatura:

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa, sob orientação da Professora
Doutora Maria Francisca Rebocho, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de licenciado em Criminologia.

Resumo

O presente estudo tem por objectivo fundamental promover o conhecimento da legislação em vigor no que concerne ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, nos reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo. Para tal, pretende-se adaptar um projecto já implementado em contexto escolar às necessidades dos reclusos, através de sessões informativas de carácter educativo, com a finalidade de prevenir e dissuadir futuros consumos. Na linha da prevenção, o projecto terá uma componente psicossocial, enquanto que, segundo a perspectiva da dissuasão, terá um carácter jurídico. Por último, pretende-se, através de aplicação de pós-teste, avaliar a pertinência e implicações práticas deste projecto. Assim, será de prever que os reclusos tenham a capacidade para discernir sobre quais as motivações dos seus consumos, sobre as suas trajectórias de vida e opções para futuro.

Dedicatória

Há pessoas que nos ajudam a ultrapassar obstáculos, a quebrar barreiras, a acreditar em nós. Pessoas que sempre estiveram do nosso lado, iluminando os momentos mais negros em que tudo parece desvanecer.

Essas pessoas são os nossos pilares, quem nos impede de quebrar.

É pela importância que têm, e pelo lugar que ocupam no meu coração, que dedico este projecto de graduação aos meus Pais, pelo apoio incondicional, pelo amor intemporal, por tudo.

Agradecimentos

À minha orientadora, Doutora Maria Francisca Rebocho, pela aprendizagem, pela disponibilidade, pela amizade, pela partilha e, acima de tudo, pelo apoio. Obrigada.

À Dra. Cristina Reis, pela paciência, pela partilha de conhecimento e pelos “diálogos produtivos”. Foi um enorme prazer conhecer, conviver, aprender e crescer consigo.

À Dra. Marta Vieito, pela oportunidade, pela ajuda, pelo apoio, por acreditar e, acima de tudo, pelos sorrisos partilhados.

À toda a equipa técnica da Dissuasão, da Prevenção e da Redução de Riscos e de Tratamento do IDT, IP de Viana do Castelo, pela simpatia, disponibilidade e pela oportunidade de participar, conhecer e aprender as actividades desenvolvidas nestes âmbitos.

Índice

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Enquadramento teórico | 4 |
| 2.1. Classificação das drogas | 4 |
| 2.1.1. Marijuana | 5 |
| 2.1.2. Cocaína | 5 |
| 2.1.3. Heroína | 7 |
| 2.1.4. Álcool | 8 |
| 2.2. Comportamentos desviantes e relação com o fenómeno da droga...11 | |
| 2.4. Contextualização jurídica do fenómeno da droga | 15 |
| 2.5. Estatuto legal do consumidor | 19 |
| 2.6. Conceptualização jurídico-legal na actualidade | 20 |
| 3. Metodologia | 23 |
| 3.1. Amostra | 23 |
| 3.2. Procedimento | 23 |
| 4. Resultados | 35 |
| 5. Discussão | 37 |

Referências Bibliográficas39

Anexos41

|

1. Introdução

A temática abordada será a da toxicod dependência, direccionada para o meio prisional, segundo uma óptica de prevenção e dissuasão, com a possibilidade de contribuir, em última instância, para a reinserção do recluso na vida activa. No entanto, salvaguarda-se o papel fundamental da dissuasão, como área escolhida para levar a cabo a aplicação deste projecto.

No âmbito da área da dissuasão da toxicod dependência pretende-se analisar o conhecimento dos reclusos relativamente a esta matéria, promovendo um conhecimento geral e aprofundado no que concerne à legislação referente ao consumo de drogas em Portugal, aplicada pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência (doravante designadas CDT).

As motivações subjacentes à escolha deste projecto residem, num primeiro plano, no papel das CDT, e na sua importância para a percepção das motivações subjacentes ao consumo de drogas, operacionalizada de acordo com a Lei nº30/2000 de 29 de Novembro. Num segundo plano, e devido à relação simbiótica que a dissuasão pode assumir com outra das valências do Instituto da Droga e da Toxicod dependência (doravante designado IDT, I.P.) – a prevenção, faz todo o sentido adaptar um projecto de prevenção da toxicod dependência em contexto escolar (*Pares Líderes*), neste caso, ao meio prisional. Por último, num terceiro plano, a escolha deste tema, em termos académicos, pode ser ponte para a criação de um projecto que possa ser aplicado a todas as prisões do país.

Este estudo propõe como objectivos gerais: (a) a promoção do conhecimento sobre a legislação em vigor, relativa ao consumo e posse de droga; (b) a minimização do efeito de prisionização; (c) o tratamento dos problemas da adicção em drogas; (d) a promoção do conhecimento sobre a legislação atinente ao fenómeno da toxicod dependência; (e) a prevenção da reincidência; (f) a promoção da participação consciente e activa de todos os intervenientes/*stakeholders* no processo de dissuasão.

Serão objectivos específicos deste estudo: (a) a promoção do contacto com entidades próximas do recluso; (b) a disponibilização de uma gama de actividades do foro recreativo, como pedagógico e profissional que por um lado desencorajem o consumo e por outro favoreçam o auto-conceito do recluso; (c) a humanização do

ambiente físico da prisão, através das sessões dinamizadas; (d) a implementação de programas de desintoxicação; (e) o assegurar de tais recursos a quem o pretenda em situação pós-reclusão; (f) a organização de seminários de consciencialização para a temática da toxicodependência; (g) a disponibilização de apoio técnico no âmbito da dissuasão e prevenção.

No que concerne ao projecto que se pretende implementar, este será constituído por doze sessões informativas, através da adaptação do *Projecto Pares Líderes*, programa desenvolvido pela equipa *Prexistências*, coordenado pela Dra. Luciana Parente e Dra. Marta Vieito no ano de 2009. O método utilizado será uma formação, tendo em conta áreas tão distintas como a prevenção, dissuasão e reinserção social, no entanto que se complementam, tornando este projecto algo cujo impacto pode ser potenciado por outros projectos ou programas já pré-existentes no meio prisional.

Posto isto, interessa definir melhor em que consiste o *Projecto Prexistências* (ver Anexo 1), uma vez que será feita a adaptação de um dos programas que estão na sua linha de actuação, em concreto o *Pares Líderes*. O programa *Prexistências* tem a sua origem num diagnóstico do território da freguesia de Monserrate efectuado pelo Plano Operacional de Respostas Integradas do IDT, no qual foram identificados, a diversos níveis, os seguintes problemas: consumos de heroína e cocaína; consumos de cannabis; consumos de álcool; problemas de comportamentos desviantes nos jovens; problemas familiares e desemprego e emprego precário. “Foi este o mote para o desenho de uma intervenção coerente, integrada e sustentável no tempo, a nível da prevenção de toxicodependências através do projecto *Prexistências*”, tal como consta do programa.

Os objectivos deste projecto consistem em aumentar as competências dos agentes sociais no âmbito da prevenção das toxicodependências, reduzir os factores de risco e aumentar os factores de protecção associados ao consumo de substâncias psicoactivas, nos adolescentes. A diminuição dos factores de risco consiste, em concreto, na diminuição da incidência de comportamentos desviantes, de problemas comportamentais e de dificuldades de relacionamento interpessoal. Relativamente à promoção dos factores de protecção, isto consiste na promoção das competências sociais e pessoais, das competências de tomada de decisão, das competências comunicacionais e de assertividade, da adopção de estilos de vida saudáveis, de

comportamentos pró-sociais e o envolvimento comunitário, de atitudes, crenças, conhecimentos e competências adaptativas, relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas, à auto-estima e ao auto-conceito, conforme o programa em anexo (anexo 1).

Este projecto dirige-se a crianças e adolescentes, comunidade educativa e comunidade em geral, estando o programa *Pares Líderes* direccionado aos adolescentes. O modo de trabalho adoptado consiste na implementação de estratégias dinâmicas, métodos interactivos, treino de competências e de partilha de experiências que se desenvolvem em 8 programas/metodologias de intervenção, a saber: acção de sensibilização para a prevenção das toxicodependências; programa de consultadoria para professores e monitores dos lares de acolhimento; programa de consultadoria para auxiliares de acção educativa; programa de consultadoria para pais/encarregados de educação; programa de prevenção universal; programa de prevenção selectiva; acompanhamento psicossocial de jovens e sua família, conforme consta do programa em anexo (anexo 1).

Pretende-se com o projecto *Prexistências* desenvolver acções de prevenção da toxicodependência em contexto escolar, abrangendo escolas da freguesia de Monserrate do 1º ciclo ao ensino secundário, quer no ensino geral, quer no profissional. No caso específico da adaptação que se pretende fazer deste projecto, e uma vez que se pretende implementar o mesmo em meio prisional, serão tidas em conta algumas alterações fulcrais, uma vez que o contexto, os destinatários, o âmbito (dissuasão) e os objectivos são diferentes.

Por outro lado, e como anteriormente referido, devido à pertinência da área da dissuasão, inerente ao projecto proposto, segundo uma perspectiva dissuasora importam as motivações do recluso que o levaram a consumir, a trajectória de consumo, o historial familiar e o historial social/cultural. Posto isto, compete à CDT o garante da eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades dos indiciados consumidores, objectivo este previsto no Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências 2009-2012 (cf. Anexo 6).

Por último, e embora não conste do projecto que se pretende implementar, a reinserção social será também, possivelmente, um âmbito a testar de futuro. Na base de toda a construção deste projecto, parte-se de determinados princípios que se entende serem absolutamente fulcrais para que a reinserção social do recluso seja uma realidade, não uma utopia. Esta realidade é possibilitada através do conhecimento da legislação atinente ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o recluso é um ser humano que, não obstante ter cometido determinados erros que lhe custaram a liberdade, possui direitos e deveres tal como qualquer outro cidadão. Por si só, a prisão representa um processo de dessocialização humana, ainda que antagonicamente o seu objectivo seja precisamente o oposto. Para que possamos contrariar esse processo de distanciamento social temos que, na medida do possível, oferecer condições para que: primeiro, o recluso possa reflectir e ponderar todas as suas atitudes, nomeadamente as que envolvem violação da lei e segundo, para que invista o seu tempo em reclusão na aprendizagem de competências académicas, profissionais, artísticas, pessoais e relacionais. É essa aquisição de competências ou manutenção das mesmas - para quem as possua previamente - que irá servir como mediadora entre o sucesso ou não da reinserção social a longo prazo. Parte-se do pressuposto que a privação da liberdade física representa, por si mesma, uma medida suficientemente penosa para que, além da própria, se recorra a um tratamento desumanizado e impessoal do recluso (Rodrigues, 1995).

2. Enquadramento teórico

2.1. Classificação das drogas

O presente projecto versa sobre a dissuasão e prevenção da toxicod dependência em Portugal, em meio prisional. Para tal, será adaptado o *Programa Pares Líderes* - prevenção da toxicod dependência em contexto escolar, tal como anteriormente referido. Posto isto, pela sua pertinência no projecto, e uma vez que a dissuasão do consumo de substâncias psicoactivas pressupõe um conhecimento das drogas, neste ponto tratar-se-ão as drogas consideradas para as sessões informativas, concretamente: heroína,

cocaína, metanfetaminas, cannabis e haxixe, através de uma breve contextualização histórica e segundo uma perspectiva biológica.

2.1.1. Marijuana

A marijuana é uma das drogas ilícitas utilizadas desde os primórdios da humanidade, a qual potenciava estados de prazer, fantasia ou exaltação religiosa (Aragão e Sacadura, 2002). A marijuana é um derivado de planta que, em oposição ao álcool, cocaína ou heroína, não consiste num único e específico químico, devendo-se o seu efeito às elevadas concentrações de delta-9-tetra-hidrocanabinol (THC), o qual consiste num dos sessenta e um canabinóides encontrados na planta. Segundo uma perspectiva biológica, o THC é o responsável pelo aumento dos batimentos cardíacos e tensão arterial, estimulando o sistema noradrenérgico (Nunes e Jollúskin, 2010). A marijuana tem efeitos cerebrais marcantes que se podem traduzir na sedação e ligeira alteração dos processos mentais, se consumida de forma ocasional e em doses moderadas; por outro lado, as doses mais elevadas podem levar a episódios de esquizofrenia bem como situações de pânico ou ansiedade (Nunes e Jollúskin, 2010).

2.1.2. Cocaína

A utilização da folha da coca remonta ao ano de 2500 A.C., havendo vestígios do seu consumo em países da América do Sul. Segundo uma perspectiva histórica, com a descoberta da América, começam a surgir atitudes contraditórias face à coca. Se por um lado a Igreja proíbe a sua mastigação, com o intuito de abolir um vício pagão, por outro, quando percebe os benefícios que poderia retirar da manutenção do seu consumo, permite que os índios trabalhassem sob o seu efeito (Instituto da Droga e da Toxicoddependência, 2011).

À medida que se vão observando os efeitos negativos do consumo de cocaína e após a publicação sobre "heroinomania" de Louis Lewin, Freud (1885) começa a trabalhar o conceito de toxicomania, publicando também os "apontamentos sobre a ânsia de cocaína". Entre 1885 e 1890, a literatura médica apresenta mais de 400 relatos de perturbações físicas e psíquicas

O recurso à cocaína como anestésico local generalizou-se, uma vez que é o único conhecido (Nunes e Jóluskin, 2010).

No nosso país, os anos 80 marcam o aparecimento da cocaína no mercado negro. Inicialmente uma droga de elite, rapidamente sofreu uma banalização e generalização do seu consumo.

Num primeiro momento, relativamente à cocaína, importa referir o seu forte poder sobre o sujeito que a consome, sendo uma droga altamente viciante. A cocaína deriva da folha da coca (*Erythroxylon Coca*), existindo variedades como a boliviana (*huanaco*), a colombiana (*novagranatense*) ou a peruana (*trujilense*). A planta possui 0,5% a 1% de cocaína, sendo a sua duração de produção de 25-35 anos (Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2011).

A cocaína possui propriedades estimulantes e é comercializada sob a forma de pó branco cristalino, inodora, de sabor amargo e insolúvel na água, assumindo diversos nomes – *coca, branca, gulosa, etc.* Mediante um processo de transformação das folhas da coca em pasta de cocaína e esta em cloridrato, levam ao produto final – um pó. Normalmente a cocaína é consumida por inalação, mas pode também ser absorvida pelas mucosas. Pode ser injectada pura ou misturada com outras drogas. A cocaína é, por vezes, adulterada (“traçada”) com a finalidade de aumentar o seu volume ou de maximizar os seus efeitos. Consequentemente são-lhe misturados medicamentos, estimulantes (como anfetaminas) ou outras substâncias. É frequente o consumo de cocaína juntamente com heroína – constituem a chamada speedball -, combinando, assim, estimulante e depressor (DuPont *cit in* Nunes e Jólluskin, 2010).

Os efeitos da cocaína, por ter uma acção intensa mas breve (dura cerca de 30 a 60 minutos), são semelhantes aos das anfetaminas, isto é, se for consumida em doses moderadas, a cocaína pode provocar ausência de fadiga, sono e fome. Por ter uma duração tão lenta, os consumidores de cocaína repetem consecutivamente a administração deste tipo de droga, de forma a alcançarem a manutenção da acção da droga (Nunes e Jólluskin, 2010). Por outro lado, o indivíduo poderá sentir exaltação, euforia, intenso bem-estar e maior segurança em si mesmo, nas suas competências e capacidades. Comportamentos egoístas, arrogantes e prepotentes são várias vezes associados aos consumidores de cocaína. É possível ter efeitos afrodisíacos, aumentando o desejo sexual e demorando a ejaculação. No entanto, pode também dificultar a erecção, verificando-se o oposto. A nível físico, pode provocar aceleração

do ritmo cardíaco, aumento da tensão arterial, aumento da temperatura corporal e da sudorese, tremores ou convulsões (Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2011).

No que concerne a doses elevadas geralmente a cocaína provoca insónia, agitação, ansiedade intensa, agressividade, visões e alucinações. Ao bem-estar inicial segue-se geralmente cansaço, apatia, irritabilidade (Nunes e Jóluskin, 2010).

Concluindo, no tocante à tolerância e dependência da mesma, a cocaína não produz dependência física, porém é a droga com o maior potencial de dependência psicológica. A curta duração dos seus efeitos induz facilmente ao consumo compulsivo e consequente dependência (Nunes e Jóluskin, 2010).

2.1.2. Heroína

Relativamente à heroína, importa referir que esta substância é um opiáceo, sendo, por isso, produzida a partir da papoila, que é transformada em morfina e mais tarde em heroína. As origens da heroína remontam ao ano de 1874, onde, nos laboratórios alemães Bayer descobrem um novo produto, ao qual dão o nome de heroína. A heroína era três vezes mais forte do que a morfina com doses menores, e foi adoptada pela medicina para tratar doentes de tuberculose incurável, em 1898 (Nunes e Jóluskin, 2010).

No tocante à perspectiva psicológica e biológica, incidi sobre o facto desta droga ser um alcalóide e, como tal, ter uma acção depressora do sistema nervoso central. Posto isto, importa referir que os opiáceos actuam sobre receptores cerebrais específicos localizados no sistema límbico, na massa cinzenta, na espinal medula e em algumas estruturas periféricas. A morfina, um dos principais componentes da heroína é responsável pelos seus efeitos mais facilmente detectados. Funciona como um analgésico poderoso e abrandando o funcionamento do sistema nervoso central e da respiração. Bastam apenas vinte minutos para a heroína se transformar em morfina, após invadir o sistema nervoso central (Nunes e Jollúskin, 2010).

Relativamente aos efeitos da heroína, estes duram entre 4 a 6 horas. Inicialmente podem sentir-se náuseas e vómitos que são depois substituídos por sensação de bem-estar, excitação, euforia e prazer. Concomitantemente, pode sentir-se uma sensação de tranquilidade, alívio da dor e da ansiedade, diminuição do sentimento de desconfiança,

sonolência, letargia, embotamento mental, incapacidade de concentração ou depressão. Para além disso, pode ainda experimentar-se miose, estupor, depressão do ciclo respiratório (causa de morte por overdose), edema pulmonar, baixa de temperatura, amenorreia, anorgasmia, impotência, náuseas, vômitos, obstipação, pneumonia, bronquite ou morte. Posto isto, os riscos elevados, resultantes do seu consumo, remetem-nos para o facto de, a longo prazo, o consumidor poder sofrer alterações a nível de peso (emagrecimento extremo), afecções gastrointestinais ou patologias ginecológicas (amenorreia, problemas de ovulação) (Nunes e Jólluskin, 2010).

No que concerne à morte por *overdose* esta é rara, apesar dos seus consumidores utilizarem doses bastante elevadas. No entanto pode ocorrer se o consumidor estiver durante um período de uma semana ou mais sem consumir qualquer opiáceo (Dupont *cit. in* Nunes e Jólluskin, 2010). A nível psicológico, um dependente de heroína poderá tornar-se apático, letárgico, deprimido e obcecado pela droga. Muitos dos problemas que o *heroinómano* poderá ter estão relacionados com as infecções causadas pelo uso da seringa, falta de hábitos higiénicos e adulteração da substância. **2.1.4. Álcool**

Ao longo da História, o álcool sempre teve um papel preponderante, quer por motivos religiosos – divino – quer como social; como forma de convívio entre pessoas ou grupos. De facto, a fermentação da fruta nunca foi um grande mistério, pelo que os primatas sempre conseguiram produzir leves intoxicações mediante este processo - fermentação. Nas diferentes civilizações, o consumo do álcool começa a assumir particular relevância a partir da Revolução Neolítica, altura em que se inicia uma produção mais sistemática de matérias-primas (cevada e frutas) e se verifica um avanço nas tecnologias de fermentação. Os antigos Egípcios, que possuíam desde sempre destilarias, prestavam culto a Osíris, como forma de agradecimento pela dádiva da cevada (Secades, *cit in* Nunes e Jólluskin, 2010).

Por sua vez, os Gregos que transferiam esse mesmo culto para Dionísio, tinham por hábito ofertar bebidas alcoólicas a deuses e soldados, utilizando-as também como facilitadoras de relações interpessoais, nomeadamente nos *symposia* (banquetes) com a finalidade de discutir ideias sobre filosofia ou política. Assumia, portanto, um papel social bastante importante (Escohotado, *cit in* Nunes e Jólluskin, 2010).

Os Romanos prestavam culto a Baco- Deus do Vinho - pela criação do “vinho divino” e impulsionaram a regulação da produção de vinho e a sua divulgação em toda a Europa. Em suma, o vinho tornou-se num fenómeno universal (Secades cit in Nunes e Jóluskin, 2010).

No que concerne à Religião, na Bíblia, existem diversas alusões ao vinho. No entanto, o recurso sistemático ao uso do vinho em cerimónias religiosas não se encontra exclusivamente no Cristianismo, estando generalizado aos Aztecas, aos Chineses, aos Hinduístas e por aí fora. Porém, e como “*não há regra sem excepção*”, em religiões como o Islamismo, o uso do vinho – ou de qualquer outra bebida alcoólica – era restringido e proibido.

Em termos de dependência e abuso, deve-se referir que o álcool é a droga mais conhecida e aceite socialmente. É vastamente procurada devido à crença de que os seus efeitos são estimulantes. É certo que as bebidas alcoólicas podem induzir, num primeiro momento, um estado inicial de desinibição, euforia, segurança em si próprio e até impulsos sexuais desinibidos ou agressivos. Com o passar do tempo as características depressoras do álcool começam a tornar-se mais visíveis, podendo surgir efeitos como relaxamento, sonolência, visão turva, visão em túnel, descoordenação motora, diminuição da capacidade de reacção, diminuição da capacidade de atenção e compreensão, deterioração da capacidade de raciocínio e da actividade social, mudanças no estado de humor, irritabilidade, amnésia, fadiga muscular, entre muitos outros (Instituto da Droga e da Toxicoddependencia, 2011).

Concluindo, é de importante relevo referir os riscos do consumo do mesmo, que de certa forma, afectam quer uma pessoa sem qualquer tipo de comportamento anti-social, quer um indivíduo com pré-disposição para desenvolvimento de uma espécie de comportamento desviante, como é o caso da agressividade, vandalismo, condução perigosa, etc. Posto isto, o consumo de álcool em grandes quantidades pode provocar acidez no estômago, vômito, diarreia, baixa da temperatura corporal, sede, dor de cabeça, desidratação, falta de coordenação, lentidão dos reflexos, vertigens, dupla visão e perda do equilíbrio (Instituto da Droga e da Toxicoddependência, 2011).

O facto do sujeito que abusa do álcool se sentir muito seguro de si próprio, como consequência da depressão do sistema nervoso, pode, com efeito, gerar a adopção de

comportamentos perigosos, ou mesmo que ponham a vida de outrem em risco, como é o caso da condução sob influência de álcool, por exemplo. Nos casos de intoxicação aguda é possível verificar-se mudanças de comportamento desadaptativas, labilidade emocional, deterioração da capacidade de julgamento, amnésia dos acontecimentos durante a intoxicação, perda de consciência, coma etílico e morte por depressão cardio-respiratória.

O álcool, consumido de forma crónica e sistemática, pode provocar efeitos a longo prazo nos diferentes órgãos vitais, gerando problemas de vários níveis. Deste modo podem-se verificar, entre outros, a anemia, a diminuição das defesas imunitárias, a cirrose hepática, a deterioração e atrofia do cérebro, uma gastrite, úlceras, inflamação e deterioração do pâncreas, transtornos na absorção de vitaminas, hidratos e gorduras, rebotamento de capilares, cancro, alterações cardíacas e danos cerebrais (Instituto da Droga e da Toxicodpendência, 2011).

Do ponto de vista psicológico e neurológico existem vários efeitos que poderão ser observados, como é o caso da irritabilidade, insónia, mania da perseguição, psicose e, nos casos mais graves, perturbações e problemas neurológicos associados, tal como a Síndrome Amnésica, o Transtorno Psicótico de início tardio, a demência alcoólica, entre outros (Nunes e Jólluskin, 2010).

Segundo uma perspectiva social, o consumo do álcool pode ter consequências como a desintegração familiar (adultérios, divórcios, etc.), crises, maus tratos a elementos da família e amigos, absentismo laboral, aumento de acidentes rodoviários – uma das principais causas de morte em Portugal, comportamentos criminosos e desviantes e alterações à ordem pré-estabelecida.

2.3. Comportamentos desviantes e relação com o fenómeno da droga

Este projecto tem por objectivo implementar um programa de prevenção e dissuasão do consumo de substâncias psicoactivas, através da adaptação para o meio prisional do projecto *Pares Líderes*: prevenção da toxicodpendência em meio escolar. Posto isto, importa contextualizar o grupo-alvo definido (reclusos). Para tal, procede-se, neste ponto, à explicitação das teorias dos comportamentos desviantes associadas ao

fenómeno da criminalidade, entre outras, em concreto, as teorias do desvio, da rotulagem, a teoria geral do crime e a perspectiva processual.

O *comportamento desviante* é um termo relativamente recente nos meandros da Psicologia, remontando a sua origem à Sociologia dos anos 60 (Gonçalves, 2008). O comportamento dos actores sociais corresponde àquilo que se espera das posições que ocupam socialmente. Existe uma expectativa social relativamente ao comportamento de cada indivíduo e espera-se que corresponda à posição social que ele ocupa. O desvio ocorre se se der um afastamento em relação a uma norma.

Segundo uma perspectiva culturalista, que defende uma causalidade correlacional, e que considera a presença de factores subjacentes aos dois comportamentos, o do consumo de substâncias e o da prática criminosa, pondera-se a possibilidade de incluir outros elementos com implicações no fenómeno (Agra, 2002; Brochu, 1996). Isto significa que ambos os comportamentos surgem aparentemente em conjunto, logo, tendo factores em comum (Janosz, Le Blanc e Boulerice, 1988). De acordo com o anteriormente exposto, as condutas criminosas e o consumo de substâncias psicoactivas podem-se apresentar como um epifenómeno, isto é, revelam-se como uma manifestação comportamental visível, redutível às estruturas orgânica, psicológica e social (Agra, 1996 *cit. in* Nunes, 2010).

Em 1990 Gottfredson e Hirschi publicaram uma obra intitulada “*Uma Teoria Geral do Crime*”, na qual apresentavam um modelo teórico integrador, redefinindo princípios desenvolvidos anteriormente por Hirschi (1969). Estes princípios foram conciliados com outros elementos, nomeadamente do foro biossocial e psicológico e também com contributos da teoria das actividades rotineiras (Cohen e Felson, 1985) e da teoria da escolha racional (Clarke e Cornish, 1985). Esta teoria parte de certos pressupostos, em concreto, a necessidade de diferenciar “actos delituosos ou delitos” dos “indivíduos com tendências delituosas” (Gonçalves, 2006, p.127), uma vez que estes elementos influenciavam a taxa de criminalidade (Gonçalves, 2006). Decorrente do exposto, a título exemplificativo, a taxa de criminalidade pode apresentar variações uma vez verificada a diminuição para o cometimento de crimes, mantendo-se, no entanto, constante, o número de sujeitos com tendências criminosas (Gonçalves, 2005). Uma vez que as pessoas variam na sua vulnerabilidade para se envolverem em actos

delituosos, esta teoria pressupõe que as restrições impeditivas de tais actos, podem ser de ordem social ou de ordem individual (Gonçalves, 2005).

Relativamente ao cerne desta teoria, na sua base temos o autocontrolo (Gonçalves, 2005). Segundo Gottfredson e Hirschi (1990), a ausência de autocontrolo leva ao aumento da probabilidade de se cometer um delito. Conforme Gonçalves (2005, p.127) argumenta, relativamente às pessoas que não possuem autocontrolo, “(...) não se preocupando com resultados a médio ou longo prazo, orientam-se pela “lei do menor esforço”, tendem continuamente para a busca de novas e excitantes sensações e os seus comportamentos tendem a ser pouco planeados porque guiados pela impulsividade, o que com frequência origina dano e sofrimento a terceiros”. É frequente observar o risco e o sofrimento que este tipo de comportamentos acarreta para o indivíduo, os quais são subestimados, uma vez que a gratificação imediata é o que move estes sujeitos, verificando-se ainda a crença de que há um risco mínimo de ser apanhado (Gonçalves, 2005).

Verificam-se certas características associadas aos indivíduos com baixo autocontrolo, concretamente, instabilidade nas suas relações interpessoais, carência de habilitações escolares e competências cognitivas, não apresentando qualquer preocupação para com as consequências dos seus actos. No entanto, e uma vez que não se pode afirmar que o delito é uma consequência imediata do baixo autocontrolo, salienta-se o facto deste interferir em vários comportamentos, como é o caso do consumo de estupefacientes e do abuso de álcool (Gonçalves, 2005).

Gottfredson e Hirschi (1993), defendem simultaneamente, a questão fulcral da vertente biológica/inata que identifica determinadas características precoces como componentes básicos de baixo autocontrolo. Assim, estes comportamentos poderão ser modelados através do papel da família, a qual poderá promover a socialização ou não. Quando não se verifica esta promoção da socialização, dá-se o enfraquecimento dos laços sociais, o que leva a actividades desviantes e criminosas. Para despoletar estas actividades basta surgir uma oportunidade ou um contexto. Estes comportamentos poderão levar a actos de fumar, consumir bebidas alcoólicas ou consumo de substâncias psicoactivas (Gonçalves, 2005).

Após as abordagens anteriores, e devido à pertinência para o presente estudo, a perspectiva processual é possivelmente aquela que melhor se adequa ao contexto onde se pretende implementar o projecto: o meio prisional. Nas abordagens de índole processual, são considerados os factores associados às fases evolutivas do sujeito, dando ênfase também aos estilos de vida que vão dando sentido a esse percurso criminal ou desviante (Nunes, 2010). Le Blanc, cujo modelo se insere nesta abordagem, descreve o desenvolvimento do sujeito e o seu progressivo envolvimento num registo desviante (Janosz, Le Blanc e Boulerice *cit. in* Nunes, 2010). Para esta abordagem, importa referir o papel da família e da comunidade, segundo os quais a socialização se assume como um processo de grande importância e mesmo determinante (Wikstrom e Sampson, 2003 *cit. in* Nunes, 2010). A construção da carreira desviante tem na sua origem a exposição a estímulos criminógenos, sendo através desta que o processo de aprendizagem desviante se verifica. Por conseguinte, a formação da carreira criminal surge como uma sequencia de diferentes estádios, que se sucedem com alguma regularidade (Maher, 1997 *cit. in* Nunes, 2010).

No que concerne aos consumos efectuados nesses estádios, salienta-se a importância da disponibilidade da substância, a motivação e trajectória inerentes ao consumo e a vulnerabilidade ou resiliência face ao desvio (Agra, 1996;1999).

Posto isto, os estádios referentes ao consumo de drogas por parte do indivíduo são os seguintes: inicialmente, através do consumo ocasional, fase na qual ainda persiste a manutenção de laços sociais. De seguida seguem-se os consumos regulares, caracterizados pela especialização progressiva do indivíduo relativamente ao percurso desviante que, por sua vez, promovem a manutenção dos consumos. Num terceiro plano, a droga e o crime assumem um papel preponderante, levando ao aumento dos consumos e deterioração da estrutura de vida do sujeito. Por último, o sujeito encontra-se na fase susceptível de maior desvio, pois é neste momento que se verificam o total desmantelamento da estrutura de vida, caracterizada pela redução do acesso às drogas. Desta forma, o indivíduo ingressa em actos desviantes como forma privilegiada de manter os consumos (Faupel, 1987 *cit. in* Nunes, 2010).

No que concerne à relação droga-crime, Agra (2002) entende que tal se reveste de maior complexidade, emergindo esta relação através de características intrínsecas do indivíduo, sendo estas insuficientes para o seu entendimento. “(...) O estilo do

indivíduo em que se dá a formação droga/crime consiste numa integração dos dois comportamentos, não resultante da junção dos dois estilos, o do criminoso e o do toxicodependente, mas antes de uma convergência com características específicas” (Agra, 2002 *cit. in* Nunes, 2010, p.82).

Decorrente do exposto, importa referir que o meio prisional se apresenta como um contexto de privação de liberdade, o que, por si só, representa uma possível predisposição para o cometimento de comportamentos desviantes, infracções, etc. A pertinência atribuída às teorias anteriormente apresentadas traduz-se no facto dos reclusos serem um grupo que apresenta algum comportamento ou acto desviante, mesmo criminoso, que levou, conseqüentemente, à reclusão.

São várias as teorias explicativas de comportamentos desviantes, no entanto, salientam-se, tendo em conta a temática sobre a qual versa este projecto, a teoria da rotulagem. Becker (1963), através da sua obra *Outsider*, enveredou pela análise de fenómenos sociais directamente no terreno, segundo uma observação minuciosa da actividade de músicos de jazz e de fumadores de marijuana (Machado, 2008).

Segundo Becker (1963, p.9) “o desvio não é uma qualidade do acto cometido por uma pessoa mas antes a consequência da aplicação, pelos outros, de normas e de sanções a um “transgressor”. O desviante é aquele ao qual este rótulo foi aplicado com sucesso e o comportamento desviante é aquele ao qual a colectividade atribui esse rótulo”. Na perspectiva de Becker o desvio é sobretudo uma consequência das reacções dos outros ao acto de uma pessoa (Machado, 2008): “o desvio é uma propriedade, não do próprio comportamento, mas da interacção entre a pessoa que comete o acto e as que reagem a esse acto” (Becker, 1963, p.9).

Numa outra perspectiva, o desvio pode constituir ele próprio o seu sistema e contribuir, afinal, para fazer funcionar o conjunto da sociedade (Durkheim, 1963). O problema do comportamento desviante é, de acordo com o senso comum, remetido para uma perspectiva de patologia. Os media encarregam-se de enfatizar e divulgar esta perspectiva, quer em termos psicológicos, quer em termos de uma visão que se pretende que seja “culturalista” ou “sociológica”. A formulação deste tipo de orientação a partir de trabalhos, muitas vezes de orientação académica, que não é capaz de superar os preconceitos e a intolerância (Velho, 1981).

Decorrente do exposto e, considerando o termo de desviante, introduzido na sociologia americana nos anos 60, como o comportamento que vai contra as normas estabelecidas pela sociedade, passível de punição, se formalizada pela lei, infracção, delito (agressões, roubo) ou um acto anti-social (degradação de locais), verificamos que o consumo das substâncias como o álcool e drogas, independentemente das teorias explicativas pode dar azo a qualquer de um destes comportamentos.

2.4. Contextualização jurídica do fenómeno da droga

O modo como o legislador tem encarado a problemática do consumo de drogas tem variado ao longo do tempo. De uma visão proibitiva e criminalizadora vai emergindo uma nova forma de encarar a questão, colocando a tónica no acto do transgressor, procurando compreender a sua trajectória. A emergência desta nova forma de ver é a resultante do estudo, ao longo dos últimos vinte anos, agora plasmada na recente proposta de lei do regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, assente na Resolução do Conselho de Ministros nº46/99 de 22 de Abril (*in* Diário da República - Série B, nº 122/99 de 26 de Maio), para a qual muito contribuiu a abertura do Direito às Ciências Sociais, nomeadamente da Psicologia (Poiars, 2000).

Já na legislação de 1976 se constatava, segundo Poiars (2000 p.8), “(...) o falhanço dos meios da justiça penal como forma de gestão pela crise aberta pela toxicodpendência”. O período que se segue é feito de avanços e recuos em que à racionalidade político-jurídica, às lógicas institucionais, nem sempre correspondem as representações sócio-culturais. Daí a necessidade da emergência de novos modelos.

O paradigma biopsicossociológico iniciado com a legislação de 1983 realça a intenção de interferir preventivamente de forma a assegurar a ressocialização. A principal mensagem da acção legislativa consiste na recuperação clínico-psicológica e reinserção na comunidade em detrimento da perspectiva criminalizadora (Poiars, 2000).

A evolução da criminologia do acto para a criminologia clínica encontra a sua tradução na proposta de lei de 2000. O enfoque consubstanciado no paradigma

biopsicossociológico caracteriza-se pela descoberta/ revelação do consumidor, apelo da contribuição das Ciências do Comportamento, na medida em que fornecem instrumentos para a descodificação de condutas transgressivas do utente de drogas. Este paradigma presente no período compreendido entre 1983 (Decreto-Lei (D-L) nº 430/83 de 13 de Dezembro) e 1993 (D-L nº15/93 de 22 de Janeiro), passa a ser o prevalecente, sendo reiterado na proposta acima referida (Poiares, 2000).

Mantendo-se, numa primeira fase, a criminalização do uso de drogas, a intervenção penal assume gradativamente um carácter meramente residual, estando subjacente alguma falta de convicção nos benefícios deste tipo de intervenção, dado que o apelo à responsabilização pelo contacto com o sistema formal de justiça serviria para incentivar o tratamento (D-L nº15/93 de 22 de Janeiro) e inicia-se novo ciclo baseado em contra-ordenações em que se acentua o progressivo afastamento da concepção criminal a favor da aproximação ao consumidor (Poiares, 2000).

A intervenção penal reveste-se mais de carácter simbólico, apresentando, em alternativa a aplicação de multas, fazendo ressaltar a ideia de que a primeira não se traduziria pela finalidade almejada: a erradicação de um comportamento passível de ser um comportamento de risco para a saúde pública. Assim, encontra-se subjacente a preocupação sanitária do consumidor ser visto como um doente que deve ser tratado (D-L nº15/93).

A falência da racionalidade assente no domínio punitivo-simbólico é manifesta no facto de em setecentos casos de consumidores levados a tribunal apenas onze terem sido alvo de medidas de tratamento. A assunção de uma abordagem do consumo centrada no actor, a par de um quadro legislativo penal resultou em ambiguidades com as quais o legislador se foi debatendo, pendendo ora num sentido ora noutro (Poiares, 2000).

Emerge, então, nova metodologia de abordagem do fenómeno centrada na investigação, compreensão e explicação, presente na proposta acima referida que procura recentrar a questão, assumindo que qualquer resposta política de droga tem de assentar na pluralidade discursiva dos seus actores e na diversidade das valências e dos métodos aplicáveis. Assim, é necessário dar voz aos utentes, compreender os cenários

em que se movem, e do conhecimento construído em torno destas valências delinear as estratégias e estabelecer princípios de intervenção.

A evolução das abordagens político-jurídicas em torno da questão em apreço, patenteia o modo como o processo criminalizador se reconfigura, passando a contemplar as questões colocadas na criminalização dos consumidores: “ o discurso do Transgressor, captado pelo Aplicador acabou por ser remetido ao Legislador “ passando este de uma racionalidade punitiva (entre 1983 e 1993) para a indagação do saber. Assim, a actual proposta descriminalizadora resulta da circularidade informacional do comportamento aditivo, tendo por base o reconhecimento da ineficácia e falta de sentido da intervenção penal. Não se trata de uma assimilação político-social do uso de drogas, mas apenas de tolerância relativamente a esse comportamento, na medida em que não cabe ao Direito impor estilos de vida às pessoas. Continua a encarar-se o consumidor de drogas como um doente, mas não delinquente (Poiares, 2000).

A opção descriminalizadora em proposta de lei, incluindo coimas pecuniárias, não as sobrevaloriza, colocando a ênfase no tratamento voluntário. Pretende-se assim, minimizar efeitos colaterais da legislação precedente, passível de aumentar os riscos da pequena delinquência (criminalidade aquisitiva) e agravar a precariedade das famílias/tecido social, pois a sanção penal traduzida em multa revelou-se inoperante, na medida em que podia não representar qualquer sacrifício para o consumidor mas sim para as pessoas que o rodeiam. A ambiguidade da transferência do consumo para a área das contra-ordenações não foi, assim, completamente resolvida, apenas minimizada. O importante será ressaltar o valor pedagógico-ressocializador de tal medida sem que as consequências recaiam em terceiros e permitam o evitamento das condutas desaconselhadas. A aplicação de coimas poderá ainda resultar num efeito perverso, na medida em que o consumidor por via do pagamento da mesma poderá desculpabilizar-se e não investir na terapêutica (Poiares, 2000).

Apesar destas ambiguidades não resolvidas a proposta de lei configura uma descriminalização construtiva que implica uma intervenção *juspsicológica*, caracterizada pela consagração da intervenção do saber e das práticas psicológicas na área do Direito, prevalecendo o princípio do tratamento, cabendo ao Estado a redução de danos, caso o consumidor renuncie ao mesmo. Poiares (2000, p.11), levanta ainda algumas questões, “(...) o da competência para o processamento, aplicação e execução,

considerando não dever ser imputada ao IPDT (Instituto Português da Droga e Toxicodependência) (artº5º), invocando que este não nasceu para dar cumprimento a esta formalidade, e propondo que as comissões distritais passem a funcionar junto das Câmaras Municipais das capitais dos distritos ou dos hospitais distritais”. Por outro lado, questiona a constituição de um registo central a cargo do IPDT, e sobretudo o uso que dele pode ser feito, as garantias de confidencialidade dos dados, a sua finalidade, sustentando que esse uso não pode ir contra os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa (Poiars, 2000). Por último, nas condições impostas na suspensão de coimas, a proibição de exercer determinadas profissões pode revelar-se prejudicial, carecendo, esta questão, de aprofundamento, sugerindo outras medidas com efeito mais ressocializador como por exemplo a não frequência de certos meios e lugares, não residir em certos lugares ou regiões, não receber nem frequentar certas pessoas, não se ausentar para fora do país sem autorização (Poiars, 2000).

Posto isto, algumas questões pertinentes carecem de melhor abordagem, tal como anteriormente referido. Ainda segundo o autor supracitado, a nova lei apresenta motivo para optimismo, mas não escamoteia um certo receio no modo como venham a ser aplicadas as sanções administrativas previstas, dado que a experiência e o conformismo pode dar azo a que as entidades incumbidas da aplicação da nova lei possam vir a incorrer no mesmo risco das medidas alternativas à prisão. Se assim for a descriminalização continuará a ser omissiva e não construtiva (Poiars, 2000).

2.5. Estatuto legal do consumidor

A Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, como já foi referido, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros nº 46/99 de 22/4 no DR, I-B, de 26/5/99 inaugura uma nova era na política sobre estupefacientes em Portugal, importante para uma reforma da justiça portuguesa, para o sistema prisional e para o sistema de saúde. No entanto, a lei peca por considerar a existência do grupo de consumidores isoladamente, não contemplando a rede e os papéis em que estes se vêm envolvidos. Segundo Costa (2001) uma lei que queira agir sobre os toxicodependentes, que queira regenerá-los, ou apenas tratá-los ou apenas reduzir os danos do consumo não pode contemplar somente a situação do consumo estrito, devendo enfrentar a situação

dos traficantes-consumidores. Ainda na óptica do mesmo autor, a circunscrição do âmbito da reforma ao consumo arredou estes do programa de tratamento e reabilitação que se pretendia lançar. Importa, assim, para uma melhor compreensão do objecto de estudo caracterizar o estatuto legal do consumidor e qual a sua evolução, para uma melhor percepção do que se passa actualmente na nossa sociedade e, conseqüentemente, melhor podermos intervir no campo que nos propusemos.

Na década de 70 e decorrente do Decreto-Lei n.º 420/ 70 surge a preocupação com o consumo e consumidores de estupefacientes, sendo justificada a punição pelos perigos que o mesmo representava para a “saúde física e moral dos indivíduos e na articulação do consumo com “fenómenos de delinquência”. Emerge do articulado da lei acima referida o perfil de um consumidor toxicodependente como um indivíduo socialmente perigoso que importa reprimir e tratar, numa perspectiva de defesa social (Costa, 2001).

No período que se segue deve ser dado realce ao Decreto-Lei nº 796/76 de 5-11 que cria o Centro de Estudos da Profilaxia da Droga do qual emerge uma abordagem médico-social do fenómeno da toxicodependência que deverá ser processada com total independência em relação às medidas de carácter policial e judicial, encarando-se o infractor como um doente que deve ser tratado. As conseqüências desta visão implicavam a integração da infracção do consumo no âmbito da ordenação social em detrimento da do direito penal, sendo prevalecente a resposta terapêutica, aspecto que foi recuperado na lei posterior (*in* Lei 30/2000 de 29 de Novembro).

O facto de os consumidores poderem ser a peça essencial para a identificação e condenação dos traficantes levou a obscurecer, na legislação posterior (Decreto-Lei nº430/83) a aplicação da vertente da recuperação / tratamento, a favor da repressão penal, mantendo-se, porém, a retórica inicial. Prevalece a visão do consumidor tóxico-dependente como delinquente, inimigo da sociedade o que levou ao esquecimento da vertente terapêutica que o diploma continha (Costa, 2001).

Assim, estamos perante fragilidades conceptuais, ou ambigüidades, que porventura se encontram na falência de muitas medidas preconizadas para o combate contra a droga, das quais demos conta na resenha anterior, baseando-nos, fundamentalmente, no estudo de Poiares (2000). Com efeito, à já reconhecida

dificuldade em responsabilizar criminalmente o consumidor (D-L nº792/76) não se seguiu, no Decreto-Lei nº 430/83 uma estratégia capaz de ultrapassar cabalmente esta dificuldade. O modelo médico-criminal, mais criminal do que médico, segundo Costa (2001) é ratificado pelo DL nº 15/93 que reforça a tendência punitiva do consumidor e a intolerância perante o consumo. A criminalização do consumo e do consumidor não se traduziu por uma eficácia do tratamento compulsivo e, apesar desta falência a legislação posterior (Lei nº 45/96, de 3-9) não altera o estatuto do consumidor (Costa, 2001).

Este *status quo* só vem alterar-se com o relatório da comissão científica criada pelo governo de José Sócrates para estudar o problema da toxicod dependência, em 1998, que culmina na aprovação da Estratégia de Luta Nacional Contra a Droga. Na perspectiva da Estratégia, segundo Costa (2001, p.7), “(...) o consumo deverá continuar a ser proibido e punido, mas pela primeira vez há um desagramento da posição do consumidor, complementado por uma estratégia multifacetada, que vai da prevenção e do tratamento à redução de danos e à reinserção social, com um objectivo claro de, no binómio intervenção repressiva/ intervenção médica e social, inverter decididamente a importância dos termos, em benefício claro do segundo”.

2.6. Conceptualização jurídico-legal na actualidade

Portugal foi o primeiro país, a nível internacional, a abolir todas as penas criminais para a posse de drogas. Isto não é do conhecimento da generalidade da sociedade portuguesa, pois ainda há a crença que a Holanda é o país que apresenta a legislação mais permissiva. No entanto, a Holanda nunca legalizou a posse e o consumo de cannabis, o que acontece é que as autoridades simplesmente não reforçam nem fiscalizam as suas leis anti-droga, dentro das chamadas “*coffee shops*”; daí existir a crença de que nesse país foi descriminalizado o consumo, facto este completamente falso.

Tal como anteriormente referido, Portugal foi pioneiro, no ano de 2001, quando, após a nova Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga (1999), descriminalizou as penas criminais para a posse de drogas, incluindo a marijuana, a cocaína, a heroína e as metanfetaminas. A Comissão nacional designada, encarregue de arranjar soluções para o problema da toxicod dependência em Portugal, considerou substituir o tempo de

reclusão pela oferta da terapia. A justificação residia no facto de que o receio de ir preso, tornava o toxicod dependente oculto, isto é, fazendo com que a droga continuasse escondida. Outra das justificações seria o facto do encarceramento ser mais caro do que o tratamento. De acordo com Greenwald, a ideia fulcral subjacente foi a de “*neutralizar o que se tinha tornado o problema nº1 de saúde pública*”.

A criação das CDTs (Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência) tem a sua origem, num primeiro momento, na Estratégia Nacional da Luta Contra a Drogaⁱ, que estabeleceu o princípio de que o toxicod dependente deve ser visto como um doente e remonta ao ano de 1999, como anteriormente exposto. A Estratégia Nacional da Luta Contra a Droga, de 1999, adoptou uma abordagem humanista e pragmáticaⁱⁱ do fenómeno da toxicod dependência e do consumo de estupefacientes, procedendo-se, num primeiro plano, à modificação do estatuto legal do consumidor. Assim, o consumo deixou de ser punido como crime e passou a constituir-se como uma infracção – contra-ordenação. A CDT encontra na Lei nº30/2000 de 29 de Novembro a sua organização, processo e regime de funcionamento.

Segundo o disposto no nº 1º do artigo 1º da Lei supracitada, o seu objecto consiste na definição do regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica. No nº 2º do mesmo artigo refere as plantas, substâncias e preparações sujeitas ao regime previstas neste diploma, estando as mesmas nas tabelas I a IV anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

No que concerne ao artigo nº 5º da Lei nº30/2000, no que diz respeito à competência para o processamento, aplicação e execução, este articula-se com o Decreto-Lei 130-A/2001ⁱⁱⁱ. De acordo com o disposto no art.º 2º do decreto-lei nº130-A/2001, no que concerne ao âmbito e competência territorial da CDT, é constituída uma comissão em cada capital do distrito.

São as autoridades policiais que apreendem as substâncias e identificam o indivíduo consumidor de drogas. Após a elaboração do auto de ocorrência, determinam a apresentação do indiciado na CDT da sua área de residência, de acordo com o exposto no artigo n.º 4º da Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro. A equipa técnica avalia o tipo de consumo, frequência, duração, entre outros factos relevantes (de acordo com o disposto

no art.º 10º da lei supra referida) e, posteriormente, procede à aplicação de sanção determinada.

O papel das CDT tem por base a “missão principal de apoiar e encaminhar os consumidores para acompanhamento ou tratamento, informar e sensibilizar os consumidores para os riscos do seu comportamento, tendo em vista a dissuasão do uso e abuso de drogas” (*cit. in* <www.idt.pt>), estando na base desta missão alguns dos objectivos do presente projecto, nomeadamente a informação e a sensibilização dos consumidores relativamente aos riscos do seu comportamento.

“Descriminalização significa que o consumo de substâncias ilícitas não é um crime punível com pena de prisão. O consumidor de drogas não é encarado como um criminoso e não vai para a prisão pelo acto de consumir.” (*cit. in* <www.idt.pt>)

3. Metodologia

3.1. Amostra

O presente projecto foi concebido em consonância com as carências verificadas a nível do conhecimento da legislação em vigor por parte da população reclusa e toxicodependente do Estabelecimento Especial Regional de Viana do Castelo. Tendo em conta as especificidades da população supra citada e as dinâmicas envolvidas no presente projecto, entende-se que o grupo de reclusos toxicodependentes não excederá os 30 elementos para que o programa seja o mais individualizado possível.

Esta amostra será constituída por reclusos com competências básicas de leitura e compreensão equivalentes ao 6º ano de escolaridade. Este ponto de corte prende-se com a necessidade mínima de acesso ao raciocínio abstracto por parte dos reclusos, o que na literatura tem sido equiparado ao 6º ano de escolaridade (Rebocho, 2007).

Para além dos reclusos, também o pessoal técnico será objecto da intervenção assim como a comunidade, esta última representada por indivíduos próximos aos reclusos, quer por laços familiares quer por afinidade. O *staff* prisional terá também possibilidade de adquirir competências a este nível, o da legislação sobre a posse e consumo de substâncias psicoactivas, após o término deste projecto, quando for apresentado à comunidade prisional, bem como à família, uma palestra dada pelos reclusos, no âmbito daquilo que irão aprender com esta formação.

3.2. Procedimento

No cumprimento dos objectivos que se pretendem atingir com este projecto, e seguindo o plano de trabalho proposto, adaptação do programa *Pares Líderes* – prevenção em contexto escolar, dever-se-á ter em atenção os seguintes pontos: o conteúdo de cada sessão, a planificação do projecto, a calendarização, os recursos materiais e a aplicação de um método de avaliação de conhecimentos dos reclusos.

Pré-teste : pretende avaliar o conhecimento dos reclusos no que se refere à legislação existente sobre o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (ver anexo 3).

Pós-teste: pretende avaliar se a promoção dos conhecimentos prestada pelo projecto implementado surtiu efeitos, e se os reclusos adquiriram o conhecimento pretendido, no âmbito da dissuasão (ver anexo 4).

Palestra: sessão final dirigida à comunidade prisional, bem como à família e amigos que os reclusos queiram convidar. Permite, tal como o pós-teste, perceber se a formação dada pelo projecto foi útil, permitindo que os reclusos se sintam aptos, e consequentemente, dotados de confiança para expor as aprendizagens adquiridas.

Sessões informativas: cada sessão terá objectivos a atingir; actividades propostas e a discriminação do material necessário.

Este projecto tem por base a adaptação do programa *Pares Líderes*, devido a vários factores, entre eles, a pertinência da prevenção, em aplicar um programa deste âmbito, num contexto prisional. Assim, foram retiradas as sessões que tinham por objectivo a formação de um grupo de alunos, tipos de comunicação e resolução de problemas. As razões que levaram a retirar estas sessões prendem-se com o facto do presente projecto se dirigir a adultos, em contexto prisional. Mantiveram-se as sessões nº 13, nº14, nº15, nº16, nº17 e acrescentou-se uma sessão inicial, aquando da aplicação do pré-teste onde está previsto dar a conhecer o projecto aos reclusos por ele contemplados.

Planificação

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 1 |
|---------------------|

Pretende-se com esta sessão apresentar o projecto, facultar os pré-testes ao grupo alvo escolhido com base na leitura e análise dos processos constantes do registo do estabelecimento prisional e discutir as razões que levaram à implementação do projecto.

Objectivos da Sessão:

- Apresentação e discussão do programa de intervenção;
- Aplicação do Pré-Teste.

Actividades:

1. Apresentação dos técnicos;
2. Apresentação do projecto: objectivos e actividades;
3. Aplicação do pré-teste: Leitura em voz alta do questionário/ preenchimento individual

Material: Pré-teste.

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 2 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Criação e apresentação dos membros do grupo;
- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo.

Actividade 1: Quebra-gelo (Apresentação) – “Como eu, como tu”

Este quebra-gelo introduz o conceito de diferenças e semelhanças, ajudando cada elemento de um grupo a descobrir um pouco mais sobre os outros e encoraja o respeito mútuo. A actividade inicia-se por pedir a cada formando para escolher um parceiro, encorajando para que trabalhem para além dos grupos de amizade, de forma a que encontrem uma coisa sobre o outro, comum a si próprio e outra em que difiram do outro. É importante assegurar que todos percebam que mais tarde vão ter de partilhar a informação que recolherem. Neste sentido, define-se um limite de tempo de 3-5 minutos, e depois solicita-se para que cada um apresente o seu parceiro com base na semelhança e na diferença que encontrarem.

Sessão n.º 3

Objectivos da Sessão:

- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo;
- Promover o auto-conhecimento de competências de liderança – exemplos: Dalai Lama, Che Guevara, Hitler, etc.

Actividades:

Definir e estabelecer com os formandos as normas e regras para o bom funcionamento do grupo. Neste sentido, divide-se os participantes em sub-grupos, que devem sugerir quais as regras de funcionamento do clube para o seu bom funcionamento e para que se sintam à vontade a discutir temas que considerem importantes: Ao fim de 10 minutos voltam a reunir-se e cada grupo apresenta as regras que definiu. Durante a apresentação de cada regra, deve discutir-se a importância e as vantagens da mesma. Um voluntário deverá escrever as regras que vão surgindo e sendo aprovadas numa cartolina, que posteriormente será afixada na sala. É importante que durante a sessão o dinamizador saliente o envolvimento activo individual e em grupo, a pontualidade e confidencialidade que é necessária ao desenvolvimento de um ambiente de confiança.

Material: Folhas com palavras e 2 cartolinas.

Sessão n.º 4

Objectivos da sessão:

- Treino de respostas assertivas;
- Distinguir entre assertividade e agressividade;

- Desenvolver competências comunicacionais e a assertividade relacional.

Comunicação: é o processo de enviar e receber mensagens, quer verbais, quer não-verbais, entre dois ou mais sujeitos. Permite-nos encurtar distâncias, eliminar barreiras e ter êxito nas nossas relações pessoais. Neste sentido, expressar o que sentimos e desejamos é fundamental para enriquecermos e melhorarmos as relações.

O processo de comunicação está integrado pelos seguintes componentes: *emissor*, que é quem elabora e envia a mensagem; *receptor*, que recebe e interpreta; a *mensagem*, a informação; *meio*, suporte físico através do qual se transmite a mensagem; *código*, sistema de referência em função do qual se elabora e interpreta a mensagem e o *contexto*, que é a situação social, histórica, geográfica e psicológica do acto de comunicação em questão. Saber comunicar é uma arte, então devemos apreciá-la, mas não só, também devemos potenciá-la, porque está será sem dúvida uma boa condição para o sucesso. Desenvolver competências para uma comunicação efectiva requer um processo de aprendizagem estruturado, que providencie oportunidades para observar, praticar e dar feedback. É importante o que se diz numa comunicação, mas mais relevante é a forma como se diz.

As **competências comunicacionais** incluem:

- Empatia e escuta activa;
- Dar e receber feedback;
- Comunicação verbal e não verbal;
- Competências de assertividade e recusa;
- Negociação e resolução de conflitos;
- Cooperação e trabalho em equipa;

| Comunicação eficaz | Comunicação ineficaz |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • É fundamental para desenvolver comportamentos responsáveis relativamente ao uso de drogas, saúde sexual e participação social, escolar e comunitária; • Promove as relações interpessoais e a auto-estima; • Promove que os adolescentes dialoguem acerca de temas como as dependências, de forma aberta e honesta, sem se sentirem ameaçados, com pares, pais, professores ou outros significativos, desenvolvendo ideias e valores que os ajudarão a ser resilientes e tomar decisões informadas sobre o consumo de substâncias. | <ul style="list-style-type: none"> • Pode dar origem a sentimentos de insatisfação, solidão e conflito com pares, familiares e professores; • Pode, ao longo do tempo, diminuir a auto-estima e aumentar sentimentos de desesperança, utilizando outras pessoas para tomar as suas decisões ou resolver os seus problemas; • O uso de drogas e outros comportamentos desviantes pode ocorrer no seio de relações pobres: o uso de drogas é muitas vezes utilizado como meio para superar problemas relacionais portanto, se os adolescentes possuírem boas competências comunicacionais, não necessitarão de recorrer a substâncias. |

Passiva:

O sujeito que age de forma passiva ou submissa não expressa sentimentos, opiniões, necessidades, desejos ou direitos, ou fá-lo com pouca confiança e segurança, com um tom de voz baixo e de forma indirecta. Esta situação faz com que outros tirem partido da situação e tomem decisões por sua vez, sendo estas muitas vezes injustas ou abusadoras, fazendo-os sentir-se, muitas vezes incompreendidos e manipulados. Têm dificuldades em olhar os outros olhos-nos-olhos e, quando o fazem, podem ficar corados.

Agressiva:

O sujeito que expressa os seus desejos, sentimentos, necessidades, direitos e opiniões, mas de forma injusta, inadequada e sem respeitar os direitos de outra pessoa. Costuma dar ordens, manipular e só está interessado em obter o que quer e quando quer.

Não se preocupa com os sentimentos dos outros, costuma falar muito rápido, queixar-se com bastante frequência, usa um volume elevado, uma postura arrogante, fica muitas vezes corado de raiva. Ameaça, critica, humilha, intimida os outros o que, normalmente, desencadeia resultados positivos a curto prazo, uma vez o consegue atingir os seus objectivos mas, a longo prazo, podem surgir conflitos a rejeição destas.

Assertiva:

Surge, como equilíbrio, o sujeito assertivo, que expressa suas opiniões, desejos, necessidades e sentimentos, defende os seus direitos sem ofender os outros. Não tira proveito das pessoas, mas também não permite que abusem dele. Ser assertivo significa comunicar correctamente, de forma educada, ser honesto e directo. Caracteriza-se por um volume de voz firme, nem muito baixo nem muito alto, pelo olhar, olhos-nos olhos, natural, atento, mostrando respeito pelo que se está a dizer e pela pessoa que está a falar.

| Passos para ser assertivo: | Deves dizer: |
|--|---|
| 1. Refere-te ao comportamento que te deixou em conflito | 1. Quando... (estive à tua espera) |
| 2. Diz como te sentiste, sem culpabilizar a pessoa; | 2. Senti-me... (chateado/ aborrecido/ desapontado/ magoado/ ...) |
| 3. Dá uma sugestão sobre como gostarias que a pessoa se comportasse; | 3. Nesta situação, preferia que tu (me tivesses avisado que ias chegar tarde) |
| 4. Propõe uma consequência positiva resultante desse comportamento. | 4. Se o tivesses feito... (podíamos ter remarcado fazer isto outro dia, com mais tempo) |

Actividade:

Dividir o grupo em 3 subgrupos:

Grupo A: Juiz;

Grupo B: Gang;

Grupo C: “grupo de resistentes assertivos”.

O papel do *gang* é tentar convencer o grupo de resistentes a fazer algo errado com eles, por exemplo roubar algo numa loja. Estes usam capacidades assertivas para não alinhar com o *gang*. Podem utilizar afirmações “Eu sinto”, para dizer que não, argumentando para explicar que isso está errado, dizendo que eles têm coisas melhores para fazer, simplesmente ir embora, entre outras. Durante algum tempo, o *gang* e o grupo de resistentes desempenham os seus papéis. Os juízes observam a situação, tomam notas e, no final dão o seu veredicto sobre qual o grupo, *gang* ou dos resistentes, foi mais convincente e porquê. Ter algum tempo para discutir a decisão do grupo de juízes, bem como os comportamentos assertivos que podem ajudar a resistir à pressão negativa dos pares.

No final reúnem-se os participantes em plenário. O dinamizador coloca questões tais como:

Qual a parte mais difícil na resistência à pressão dos pares? Quais as coisas que podem ser feitas para melhorar a capacidade de expressão, conhecer as necessidades individuais e agir da melhor forma possível nestas situações? “Já ouviram falar de assertividade? Sabem do que e que se trata? Dá-me um exemplo de ser assertivo”, como é que os comportamentos assertivos podem ajudar nestas situações? e no final explica o conceito mostrando um data-show com a definição, assim como a definição de comunicação passiva e agressiva.

Material: Powerpoint, computador e folha a distribuir pelos alunos com informação.

Sessão nº 5

Objectivos da Sessão:

- Resolução de Problemas/ conflitos;
- Fomentar e praticar formas construtivas de controlar os conflitos nas relações pessoais.

Esta actividade ajuda os formandos a perceber diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade. Irá explicar-se o conflito como um comportamento natural, resultado da proximidade entre as pessoas. Os cinco passos do método da Resolução de Conflitos, orienta os formandos para as diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade, bem como a desenvolver um sentimento de esperança para a maioria dos problemas em relações de amizade, uma vez que este poderá ser resolvido através de uma comunicação clara e directa. Na maioria das relações pessoais, nestas tendem a existir conflitos, mesmo que seja num curto período de tempo, ou que não tenha importância. A criação de situações conflituais hipotéticas e o treino de diferentes formas de resolução de conflitos em grupo gera um panorama de alternativas, de argumentos, que podem ser utilizados em situações concretas da vida do jovem.

Material: Ficha de trabalho.

Sessão nº 6

Objectivos da sessão:

- Desmistificar mitos sobre substâncias psicoactivas;
- Aumentar e testar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;

- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

Dividir o grupo em pequenos grupos, distribuindo pelos mesmos uma folha com alguns mitos e verdade sobre substâncias psicoactivas. Posteriormente, em grande grupo, reúnem-se para analisar e avaliar o número de questões correctas e erradas, assim como explorar o conteúdo e justificação de cada pergunta.

Material: Ficha de trabalho.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 7 |
|--------------------|

Objectivos da sessão:

- Aumentar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;
- Aumentar o conhecimento dos formandos acerca dos serviços de apoio no âmbito das toxicodependências e da sua prevenção;
- Identificar os diferentes tipos de dependências;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

- **Informação acerca das substâncias psicoactiva** (substância, o que é,

modo de administração, tipo de dependência, efeitos e situação legal): nesta actividade cada grupo irá receber um cartão de um puzzle e apresentar ao resto do grupo de forma a explicar qual a substancia psicoactiva.

Material: Puzzles, PowerPoint.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 8 |
|--------------------|

Objectivos da sessão:

- Testar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;
- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Promover atitudes, crenças, conhecimentos e competências adaptativas relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas;
- Promover a adopção de estilos de vida saudáveis;
- Reconhecer o contributo do desporto na promoção de estilos de vida saudáveis;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Jogo da Glória: Testar conhecimentos adquiridos nas sessões anteriores, acerca da temática das substâncias psicoactivas.

Material: Jogo da glória.

Sessão nº 9

Objectivos da sessão:

- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Reflectir sobre as consequências de comportamentos desviantes;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Visualização do filme: “*Green Street Hooligans*” (2005) realizado por Lexi Alexander.

Sessão nº 10

Objectivo da sessão:

- Aplicação do Pós-teste.

Material: Pós-teste.

4. Resultados

Por apenas ser uma proposta, este projecto apresenta resultados hipotéticos. Prevê-se que, no final, após aplicação de pós-teste e palestra à comunidade prisional, os reclusos possuam conhecimentos aprofundados sobre a legislação referente ao consumo e posse de substâncias psicoactivas, bem como competências básicas de comunicação em público.

No tocante à primeira previsão, serão as sessões nº 1 e 2 que nos permitirão saber qual o estado do conhecimento dos reclusos no que se refere à legislação sobre o consumo de substâncias psicoactivas em Portugal. Por ser um tema potencialmente pouco apelativo para a comunidade reclusa, salvaguarda-se a possibilidade de, eventualmente, alguns dos reclusos não atingirem os objectivos pretendidos. O pós-teste, instrumento que avaliará o nível da aprendizagem dos conteúdos pretendidos, será utilizado para avaliar a taxa de sucesso do programa que se pretende implementar.

No que concerne às principais dificuldades que o formador poderá sentir salientam-se a predisposição dos reclusos, o seu empenho, assiduidade, interesse demonstrado, bem como a linguagem, que deverá ser adequada ao grupo-alvo. Assim, tal como a linguagem também os materiais utilizados deverão ser interessantes segundo a óptica dos reclusos. A planificação do projecto salvaguarda uma formação adequada às necessidades dos reclusos, seguindo uma estrutura lógica, uma vez que o projecto se inicia com treinos de competências de liderança, promoção de um ambiente de confiança entre o grupo e de motivação. Seguem-se as sessões de treino de respostas assertivas (sessão nº3 e nº4) e reflexão sobre consumos (sessão nº6 e 7) e fenómeno da droga, com o intuito adicional de se desenvolverem competências comunicacionais.

As sessões consideradas mais complexas e que, como tal, poderão ser as mais desafiantes, quer para o formador como para os reclusos são as sessões sobre comunicação, linguagem e assertividade e resolução de conflitos (sessões nº4 e nº5). Esperam-se resultados positivos, no entanto, sem excluir a potencial dificuldade que eventualmente os reclusos possam sentir, devido à linguagem utilizada.

Pela sua componente, referente à desmistificação de mitos relacionados com as drogas, a sessão nº6 pode oferecer alguma resistência por parte dos reclusos devido à possibilidade de alguns terem enraizadas certas crenças relacionadas com o fenómeno

da toxicodependência, que poderão constituir-se como um entrave à aprendizagem dos factos concretos sobre a toxicodependência.

As principais dificuldades que o formador poderá vir a sentir dizem respeito à aceitação por parte dos formandos da temática, bem como ao seu interesse pela mesma. Pela sua pertinência no caso de consumidores, a compreensão da dissuasão constitui-se como um importante método para obter informações relativas à trajectória de vida e de consumo de cada formando, podendo, conseqüentemente, encaminhá-lo para as instituições competentes para tratamento ou outra medida que seja conveniente. No entanto, a finalidade será que os formandos adquiram conhecimento sobre a legislação vigente em Portugal.

Relativamente ao *staff* prisional, é de esperar uma boa aceitação, contando o formador com o apoio dos mesmos. Através da palestra prevista, dada pelos reclusos a toda a comunidade prisional, após finalizadas as sessões informativas, seria interessante explorar uma mesa de debate entre reclusos e *staff* prisional.

Prevê-se que a implementação deste projecto seja frutífera para toda a comunidade prisional, não só apenas para os reclusos contemplados. Assim, após a finalização do projecto, seria pertinente perceber se os reclusos conseguiram adquirir os conhecimentos pretendidos, através da presença em diálogos que estes desenvolvam com os pares que não foram contemplados no grupo-alvo que abrange este projecto.

Discussão

Com a realização deste projecto de dissuasão e prevenção da toxicod dependência aplicado a reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Viana do Castelo com comportamentos toxicod dependentes, projectam-se algumas estratégias com finalidades específicas. Estas finalidades dizem respeito ao conhecimento da legislação atinente à posse e consumo de substâncias psicoactivas, contacto com o exterior/comunidade, bem como aquisição de competências pessoais e sociais, entre outros. No que concerne à sua pertinência, estando inseridos numa sociedade onde cada vez mais se começa a consumir mais cedo, o conhecimento da legislação, através da promoção do auto-conceito, são uma ponte para tornar os reclusos indivíduos com um maior conhecimento sobre esta problemática.

Os objectivos gerais atinentes ao projecto englobam a promoção e potenciação da efectiva dissuasão a longo prazo de reclusos com problemas de dependência, estratégias direccionadas para os problemas de adicção que são altamente influenciáveis no processo de reincidência criminal de mulheres e a promoção da cooperação e espírito de entreajuda entre equipa técnica e população reclusa. Como objectivos específicos pretende-se com este projecto promover o contacto com familiares e entidades próximas do recluso; disponibilizar uma gama de actividades do foro recreativo, como pedagógico e profissional; a humanização do ambiente físico da prisão, através de um contacto mais próximo com o *staff*; a implementação de programas de desintoxicação; o asseguramento de tais recursos a quem o pretenda em situação pós-reclusão; a organização de seminários de consciencialização para a temática da toxicod dependência e a disponibilização de recursos humanos elementares após o término da pena.

Os resultados pretendidos através deste projecto podem ser abordados de acordo com duas perspectivas; a da dissuasão e a da prevenção. Assim, no que concerne à primeira, através de uma análise da trajectória de vida de cada recluso e motivação para o consumo poder-se-á criar um plano com alternativas à dependência. Por outro lado, quanto à prevenção, e uma vez que esta se encontra implícita no âmbito da dissuasão, poder-se-á prevenir novos consumos, ou a continuação dos já existente.

ⁱ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, de 22-4, publicada no DR, I-B, de 26.05.99.

ⁱⁱ Ponto n.º 8.3 da Estratégia: “O princípio humanista significa o reconhecimento da plena dignidade humana das pessoas envolvidas no fenómeno das drogas e tem como corolários a compreensão da complexidade e relevância da história individual, familiar e social das pessoas, bem como a consideração da toxicod dependência como uma doença e a conseqüente responsabilização do Estado na realização do direito constitucional à saúde por parte dos cidadãos toxicod dependentes e no combate à sua exclusão social, sem prejuízo na responsabilidade individual.”

Ponto n.º 8.4 da Estratégia: “O princípio do pragmatismo, enquanto inspirador da estratégia nacional da luta contra a droga, complementa o princípio humanista e determina uma atitude de abertura à inovação, mediante a consideração sem dogmas ou pré-compreensões, dos resultados cientificamente comprovados das experiências ensaiadas nos diversos domínios do combate à droga e à toxicod dependência e a conseqüente adopção de soluções adequadas à conjuntura nacional e que possam proporcionar resultados práticos positivos.”

ⁱⁱⁱ Decreto-Lei n.º 130-A/2001 de 23 de Abril

A Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, definiu o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica. Nos termos dessa lei a competência para o processamento das contra-ordenações e aplicação das respectivas sanções é atribuída a uma comissão especialmente criada para o efeito, designada «comissão para a dissuasão da toxicod dependência», devendo ser adoptadas todas as providências regulamentares necessárias à aplicação do regime de tratamento e fiscalização nela previsto. Embora a Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, determine que a organização, processo e regime de funcionamento da comissão é definida por portaria de dois membros do Governo, a conveniência em incluir num único diploma matérias que em rigor não se reconduzem integralmente a esse núcleo temático (como é o caso, designadamente, da actuação das entidades policiais e dos governos civis no âmbito do processo de contra--ordenação), tornando mais fácil a sua aplicação, leva a que se opte pela utilização da forma de decreto-lei.

Referencias bibliográficas

- Agra, C. (2002) *Entre droga e crime. 2ª Edição*. Lisboa, Editorial Notícias
- Agra, C. (1996) *A experiencia portuguesa: programa de estudos e resultados*. Lisboa. Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga
- Costa, E.M. (2001). *Novos Rumos da política sobre drogas*. Revista *Toxicodependências*, volume 17, nº1, pp 3-15. Edição SPTT
- C, M. (2007) *Criminologia. 2ª Edição*. Casa das Letras: Cruz Quebrada. DuP, R.L. (1997) *Cérebro, Álcool e Drogas*. Instituto Piaget
- Gonçalves, R.A. (2006) *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão. 3ª edição*. Quarteto IDT, I.P. Home Page. [Em linha]. Disponível em <http://www.idt.pt> [Consultado em 09/05/2011]
- Lebre, P., Sousa, A. E Equipa Aventura Social (2005). *Uma Introdução para a Mentoria – Manual para o Mentor*
- Machado, H. (2008) *Manual de Sociologia do Crime*. Biblioteca das Ciências Sociais. Edições Afrontamento
- Nunes, L. (2010) *Crimes e Comportamentos Criminosos*, Edições Universidade Fernando Pessoa
- Nunes, L. e J (2010) *Drogas e Comportamentos de Adicção. 2ª Edição*. Edições Universidade Fernando Pessoa
- Poiars, C. (2000). *Descriminalização construtiva e intervenção juspsicológica no consumo das drogas ou Recuperar o tempo perdido...* Revista *Toxicodependências*, volume 6, nº2, pp. 7-16. Edição SPTT
- Rebocho, M. F. (2007), *Caracterização do Violador Português: Um estudo exploratório*. Almedina

Decreto-Lei n.º 130-A/2001 de 23 de Abril - Estabelece a organização, o processo e o regime de funcionamento da comissão para a dissuasão da toxicodependência.

Portaria n.º 428-A/2001, de 23 de Abril - Estabelece o estatuto dos membros das comissões para a dissuasão da toxicodependência.

Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro - Define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Portaria n.º 94/96, de 28 de Março - Define os limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao Decreto - Lei n.º15/93, de 22 de Janeiro, de consumo mais frequente.

Relatório Anual 2010: a evolução do fenómeno da droga na Europa; Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Anexos

Anexo 1.

Projecto Pares Líderes - Prexistências



Ministério da Saúde

PARES LÍDERES

Recrutamento

Objectivo:

- Motivar os jovens para a participação no clube.

Actividades:

1. Conquistar os jovens através de cartazes sugestivos onde são colocados temas/assuntos/questões que são comuns há maioria dos jovens de hoje;
2. Contacto directo com os jovens.

Material: Cartazes e desdobráveis.

Sessão n.º 1

Objectivos da Sessão:

- Apresentação e discussão do programa de intervenção;

-
- Aplicação do Pré-Teste.

Actividades:

1. Apresentação dos técnicos;
2. Apresentação do projecto: objectivos e actividades;
3. Aplicação do pré-teste: Leitura em voz alta do questionário/ preenchimento individual

Material: Pré-teste.

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 2 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Apresentação dos membros do grupo;
- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo;
- Apresentação do projecto Preexistências;
- Definir o nome do clube;

Actividade 1: Quebra-gelo (Apresentação) – “Como eu, como tu”

Este quebra-gelo introduz o conceito de diferenças e semelhanças, ajudando cada elemento de um grupo a descobrir um pouco mais sobre os outros e encoraja o respeito mútuo.

A actividade inicia-se por pedir a cada jovem para escolher um parceiro, encorajando para que trabalhem para além dos grupos de amizade, de forma a que encontrem uma coisa sobre o outro, comum a si próprio e outra em que difiram do outro.

É importante assegurar que todos perceberam que mais tarde vão ter de partilhar a informação que recolherem.

Neste sentido, define-se um limite de tempo de 3-5 minutos, e depois solicita-se para que cada um apresente o seu parceiro com base na semelhança e na diferença que encontraram.

Actividade 2:

Apresentação do Projecto Preexistências, assim como todos os aspectos relativos à estrutura de intervenção através da projecção de diapositivos em powerpoint.

Actividade 3:

Definir em grupo um nome para o clube, adoptando a estratégia de “Brainstorming”.

Material: Powerpoint, data-show, computador, desdobráveis do projecto e cartolina.

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 3 |
|---------------------|

Objectivos da Sessão:

- Estabelecer as normas e regras de funcionamento do clube.

-
- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo.
 - Definir Pares Líderes.
 - Promover o auto-conhecimento de competências de liderança .

Actividades:

1. Definir e estabelecer com os jovens, as normas e regras para o bom funcionamento do grupo. Neste sentido, divide-se os participantes em sub-grupos, que devem sugerir quais as regras de funcionamento do clube para o seu bom funcionamento e para que se sintam à vontade a discutir temas que considerem importantes:

Ao fim de 10 minutos voltam a reunir-se e cada grupo apresenta as regras que definiu. Durante a apresentação de cada regra, deve discutir-se a importância e as vantagens da mesma.

Um voluntário deverá escrever as regras que vão surgindo e sendo aprovadas numa cartolina, que posteriormente será afixado na sala.

É importante que durante a sessão o dinamizador saliente o envolvimento activo individual e em grupo, a pontualidade e confidencialidade que é necessária ao desenvolvimento de um ambiente de confiança.

2. “Fomentar a importância dos pares” : Esta actividade consiste em colocar palavras com características de pares líderes coladas nas costas de cada um. O parceiro terá de imitar a palavra que o seu colega tem colada nas costas de forma a que o mesmo adivinhe.

No final , terão de definir “pares líderes” baseados nessas informações. Após construída a definição, será construído um cartaz para se afixar na sala.

Material: Folhas com palavras e 2 cartolinas.

Sessão n.º 4

Objectivos da Sessão:

- Promoção de coesão e identificação grupal.

Actividade: Através de “brainstorming” identificação de ideias para a criação de um logótipo representativo do clube e início da elaboração do mesmo em suporte digital.

Material: computador.

Sessão n.º 5

Objectivos da Sessão:

- Criar logótipo para o clube.

Actividade: Continuação e finalização do logótipo.

Material: computador.

Sessão n.º 6

Objectivos da Sessão:

- Reflectir sobre o comportamento dos adolescentes;
- Promover competências de cooperação, confiança e liderança.

Actividades:

1. Envolvimento dos Pares: Explorar a “natureza de amizade”: criar oportunidade aos jovens para falar um pouco entre si, de forma a estabelecer confiança entre o grupo. Neste sentido, o debate irá ser iniciado com uma frase escrita no quadro que servirá como base de discussão e ser conduzido para a importância das amizades. Esta pequena actividade irá servir como introdução à que se segue.

2. Reflexão: Tens um colega que é um excelente aluno, mas constantemente parece perder o controlo quando se dirige a um professor. Tu gostas muito deste colega de turma e, percebes que naquele dia isso pode conduzir a uma situação não muito desejada, na qual ele pode ser expulso da escola.

Questões: Já alguma vez estives-te numa situação em que querias ajudar um amigo, porque ele não estava a agir da melhor forma?/ O que é que fizeste?/ Como é que te sentiste?/ Como é que o teu amigo respondeu à tua interferência ou conselho?/ O teu amigo seguiu o teu conselho? Porquê?

Após estas respostas individuais, criar uma estratégia em grupo para ajudar o colega, partilhando as diversas opiniões existentes entre o grupo, proporcionando o debate e reflexão acerca das diversas situações reais que se sucedem diariamente com os jovens, tentando sempre encontrar diversas estratégias que possam solucionar o problema.

Material: ficha de trabalho.

Sessão n.º 7, 8, 9

Objectivos da Sessão:

- Divulgar o clube;
- Aumentar o comportamento pró-social e o envolvimento comunitário;
- Implementação de acções de prevenção junto dos pares.
- Chegar junto dos jovens com maior factor de vulnerabilidade.

Actividade:

Preparação de uma actividade para a festa de natal de forma a potenciar a divulgação do clube, assim como aumentar o envolvimento comunitário e chegar junto dos jovens com maior factor de vulnerabilidade.

Material: a definir pelo grupo mediante a actividade desenvolvida.

Sessão n.º 10

Objectivos da sessão:

- Treino de respostas assertivas;
- Distinguir entre assertividade e agressividade;
- Desenvolver competências comunicacionais e a assertividade relacional.

Comunicação: é o processo de enviar e receber mensagens, quer verbais, quer não-verbais, entre dois ou mais sujeitos. Permite-nos encurtar distâncias, eliminar barreiras e ter êxito nas nas nossas relações pessoais. Neste sentido, expressar o que sentimos e desejamos é fundamental para enriquecermos e melhorarmos as relações.

O processo de comunicação está integrado pelos seguintes componentes: *emissor*, que é quem elabora e envia a mensagem; *receptor*, que recebe e interpreta; a *mensagem*, a informação; *meio*, suporte físico através do qual se transmite a mensagem; *código*, sistema de referência em função do qual se elabora e interpreta a mensagem e o *contexto*, que é a situação social, histórica, geográfica e psicológica do acto de comunicação em questão.

Saber comunicar é uma arte, então devemos apreciá-la, mas não só, também devemos potenciá-la, porque está será sem dúvida uma boa condição para o sucesso. Desenvolver competências para uma comunicação efectiva requer um processo de aprendizagem estruturado, que providencie oportunidades para observar, praticar e dar feedback. É importante o que se diz numa comunicação, mas mais relevante é a forma como se diz.

As **competências comunicacionais** incluem:

- Empatia e escuta activa;
- Dar e receber feedback;
- Comunicação verbal e não verbal;
- Competências de assertividade e recusa;
- Negociação e resolução de conflitos;
- Cooperação e trabalho em equipa;

| Comunicação eficaz | Comunicação ineficaz |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • É fundamental para desenvolver comportamentos responsáveis relativamente ao uso de drogas, saúde sexual e participação social, escolar e comunitária; • Promove as relações interpessoais e a auto-estima; • Promove que os adolescentes dialoguem acerca de temas como as dependências, de forma aberta e honesta, sem se sentirem ameaçados, com pares, pais, professores ou outros significativos, desenvolvendo ideias e valores que os ajudarão a ser resilientes e tomar decisões informadas sobre o consumo de substâncias. | <ul style="list-style-type: none"> • Pode dar origem a sentimentos de insatisfação, solidão e conflito com pares, familiares e professores; • Pode, ao longo do tempo, diminuir a auto-estima e aumentar sentimentos de desesperança, utilizando outras pessoas para tomar as suas decisões ou resolver os seus problemas; • O uso de drogas e outros comportamentos desviantes pode ocorrer no seio de relações pobres: o uso de drogas é muitas vezes utilizado como meio para superar problemas relacionais portanto, se os adolescentes possuírem boas competências comunicacionais, não necessitarão de recorrer a substâncias. |

Passiva:

O sujeito que age de forma passiva ou submissa não expressa sentimentos, opiniões, necessidades, desejos ou direitos, ou fá-lo com pouca confiança e segurança, com um tom de voz baixo e de forma indirecta. Esta situação faz com que outros tirem partido da situação e tomem decisões por sua vez, sendo estas muitas vezes injustas ou abusadoras, fazendo-os sentir-se, muitas vezes, incompreendidos e manipulados.

Têm dificuldades em olhar os outros olhos-nos-olhos e, quando o fazem, podem ficar corados.

Agressiva:

O sujeito que expressa os seus desejos, sentimentos, necessidades, direitos e opiniões, mas de forma injusta, inadequada e sem respeitar os direitos de outra pessoa. Costuma dar ordens, manipular e só está interessado em obter o que quer e quando quer.

Não se preocupa com os sentimentos dos outros, costuma falar muito rápido, queixar-se com bastante frequência, usa um volume elevado, uma postura arrogante, fica muitas vezes corado de raiva. Ameaça, critica, humilha, intimida os outros o que, normalmente, desencadeia resultados positivos a curto prazo, uma vez o consegue atingir os seus objectivos mas, a longo prazo, podem surgir conflitos a rejeição destas.

Assertiva:

Surge, como equilíbrio, o sujeito assertivo, que expressa suas opiniões, desejos, necessidades e sentimentos, defende os seus direitos sem ofender os outros. Não tira proveito das pessoas, mas também não permite que abusem dele.

Ser assertivo significa comunicar correctamente, de forma educada, ser honesto e directo. Caracteriza-se por um volume de voz firme, nem muito baixo nem muito alto, pelo olhar, olhos-nos olhos, natural, atento, mostrando respeito pelo que se está a dizer e pela pessoa que está a falar.

| Passos para ser assertivo: | Deves dizer: |
|--|---|
| 1. Refere-te ao comportamento que te deixou em conflito | 1. Quando... (estive à tua espera) |
| 2. Diz como te sentiste, sem culpabilizar a pessoa; | 2. Senti-me... (chateado/ aborrecido/ desapontado/ magoado/ ...) |
| 3. Dá uma sugestão sobre como gostarias que a pessoa se comportasse; | 3. Nesta situação, preferia que tu (me tivesses avisado que ias chegar tarde) |

| | |
|---|---|
| 4. Propõe uma consequência positiva resultante desse comportamento. | 4. Se o tivesses feito... (podíamos ter remarcado fazer isto outro dia, com mais tempo) |
|---|---|

Actividade:

Dividir o grupo em 3 subgrupos:

- Grupo A: Juiz
- Grupo B: Gang
- Grupo C: “grupo de resistentes assertivos”

O papel do gang é tentar convencer o grupo de resistentes a fazer algo errado com eles, por exemplo roubar algo numa loja. Estes usam capacidades assertivas para não alinhar com o gang. Podem utilizar afirmações “Eu sinto”, para dizer que não, argumentando para explicar que isso está errado, dizendo que eles têm coisas melhores para fazer, simplesmente ir embora, entre outras. Durante algum tempo, o gang e o grupo de resistentes desempenham os seus papéis.

Os juízes observam a situação, tomam notas e, no final dão o seu veredicto sobre qual o grupo, gang ou dos resistentes, foi mais convincente e porquê.

Ter algum tempo para discutir a decisão do grupo de juízes, bem como os comportamentos assertivos que podem ajudar a resistir à pressão negativa dos pares.

No final reúne-se os participantes em plenário. O dinamizador coloca questões tais como:

Qual a parte mais difícil na resistência à pressão dos pares? Quais as coisas que podem ser feitas para melhorar a capacidade de expressão, conhecer as necessidades

individuais e agir da melhor forma possível nestas situações? “já ouviram falar de assertividade? Sabem do que e que se trata? Dá-me um exemplo de ser assertivo?”, como é que os comportamentos assertivos podem ajudar nestas situações? e no final explica o conceito mostrando um data-show com a definição, assim como a definição de comunicação passiva e agressiva.

Material: Powerpoint, computador e folha a distribuir pelos alunos com informação.

| |
|---------------------|
| Sessão nº 11 |
|---------------------|

Objectivos da Sessão:

- Resolução de Problemas/ conflitos;
- Fomentar e praticar formas construtivas de controlar os conflitos nas amizades

Actividade:

Esta actividade ajuda os jovens a perceber diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade. Irá explicar-se o conflito como um comportamento natural, resultado da proximidade entre as pessoas.

O cinco passos do método da Resolução de Conflitos, orienta os jovens para as diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade, bem como a desenvolver um sentimento de esperança para a maioria dos problemas em relações de amizade, uma vez que este poderá ser resolvido através de uma comunicação clara e directa.

Na maioria das amizades tendem a existir conflitos, mesmo que seja num curto período de tempo, ou que não tenha importância.

A criação de situações conflituais hipotéticas e o treino de diferentes formas de resolução de conflitos em grupo gera um panorama de alternativas, de argumentos, que podem ser utilizados em situações concretas da vida do jovem.

Exemplos de situações nas quais podem envolver-se em conflitos:

- Tu e o teu amigo são apanhados a fazer qualquer coisa de errada. Tu contas a verdade e o teu amigo mente. Agora os vossos pais querem saber o que se passa;
- O teu melhor amigo encontrou um novo amigo para sair. Tu estás triste e não lhe dizes;
- Tu emprestas a peça de roupa que mais gostas a um amigo e, ele devolve-a semanas depois suja e estragada;
- Tu e o teu amigo querem ir juntos a um clube desportivo. A actividade que queres fazer é diferente da que o teu amigo gostaria de realizar e, ambas são à mesma hora.

Actividade:

Dividir a turma em pequenos grupos. Depois de efectuarem a leitura do exemplo seguinte, cada grupo preenche uma tabela de acordo com as perguntas do método dos 5 passos na resolução de problemas. No entanto, também podem trabalhar outro exemplo delineado pelo grupo.

Exemplo:

A Rita e a Joana planearam estar juntas no fim-de-semana, para ir ver um filme. Supostamente, a Rita iria a casa da Joana no sábado de manhã. Quando a Joana terminou de arrumar o seu quarto já era tarde e a Rita ainda não tinha chegado.

Mais tarde o telefone toca e a Joana ouve a voz da Rita a dizer: “Olá Joana, o que é que aconteceu? Queres ir ao cinema hoje ou não?”

O primeiro impulso da Maria foi desligar o telefone sem dizer nada, porque estava muito zangada.

Método dos 5 passos na resolução de problemas

No final reúne-se os participantes em plenário e, cada grupo apresenta as respostas em grande grupo.

Questões de Debate:

- O que pensas sobre os benefícios de usar este processo de resolução de problemas na tua vida?
- Porque razão é tão importante expor o problema de forma clara?
- Qual a utilidade de ter o maior número de soluções no 3º passo?
- Como é que ambas as partes ganham, quando este método é usado?

O treino destas soluções dota os jovens de argumentos, de segurança e de alguma reflexão prévia de situações potencialmente comuns nas vivências da adolescência.

Material: Ficha de trabalho.

Sessão nº 12

Objectivos da sessão:

- Definir grupo;
- Fomentar o espírito de grupo;
- Identificar a importância de todos os elementos do grupo;
- Desenvolver competências de tomada de decisão.

Actividade:

“Uma equipa de sucesso”: Esta actividade consiste em analisar como o grupo trabalhou para a construção de algo em equipa.

- Formar grupos com cerca de 4 elementos;
- Distribuir os materiais e salientar que têm de utilizar todos os materiais para colocar um tijolo a pelo menos 10 cm do chão, utilizando somente o material fornecido;
- Muitas e diferentes estratégias serão utilizadas mas só algumas terão êxito. Normalmente um grupo de cilindros verticais ou uma “concertina” são as melhores soluções.
- Esta actividade requer um observador no grupo, que fará um comentário final com base no desempenho do mesmo. Para tal, terá várias questões para analisar fornecidas pelos dinamizador. Só após o observador dar o seu feedback é que são solicitados os comentários dos elementos da equipa.

Questões de análise para o observador:

- Como é que o grupo tentou resolver o problema?

-
- Consideraram muitas alternativas ou passaram logo para a acção?
 - Discutiram, de forma construtiva, as ideias de cada um dos elementos do grupo ou houve alguém que dominou? Como é que o dominado se sentiu?
 - Outras questões que consideres pertinente referir.

Questões para debate e reflexão em grande grupo:

- Algum grupo ficou “preso” a uma única solução para o problema?
- Algum grupo desistiu?
- É melhor resolver os problemas em grupo ou individualmente?
- É mais fácil encontrar ideias em grupo ou individualmente?
- Como é que é possível evita ferir os sentimentos das outras pessoas?

Reflexão sobre o que é uma equipa, qual a importância de coesão grupal e quais os benefícios de se trabalhar em equipa.

Material: 1 tijolo, 4 folhas de cartão A4, fita cola e ficha de trabalho.

| |
|---------------------|
| Sessão nº 13 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Desmistificar mitos sobre substâncias psicoactivas;
- Aumentar e testar o conhecimento dos jovens acerca das substâncias psicoactivas;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;

-
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

Dividir a turma em pequenos grupos, distribuindo pelos mesmos uma folha com alguns mitos e verdade sobre substâncias psicoactivas.

Posteriormente, em grande grupo, reúnem-se para analisar e avaliar o número de questões correctas e erradas, assim como explorar o conteúdo e justificação de cada pergunta.

Material: Ficha de trabalho.

| |
|---------------------|
| Sessão nº 14 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Aumentar o conhecimento dos jovens acerca das substâncias psicoactivas;
- Aumentar o conhecimento dos jovens acerca dos serviços de apoio no âmbito das toxicodependências e da sua prevenção;
- Identificar os diferentes tipos de dependências;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

- **Informação acerca das substâncias psicoactiva** (substância, o que é, modo de administração, tipo de dependência, efeitos e situação legal):

-
1. Distribuir as peças do puzzle pelos elementos da turma;
 2. Associar a informação das peças: formação de sub-grupos;
 3. Cada grupo expõe a sua substância;
 4. Analisar e debater o conteúdo dos puzzles: Powerpoint;
 5. Identificar serviços de apoio;
 6. Debate final (dar exemplos com situações reais).

Material: Puzzles, powerpoint (resumo acerca das substâncias psicoactivas + serviços de apoio).

| |
|---------------------|
| Sessão nº 15 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Testar o conhecimento dos jovens acerca das substâncias psicoactivas;
- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Promover atitudes, crenças, conhecimentos e competências adaptativas relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas;
- Promover a adopção de estilos de vida saudáveis;
- Reconhecer o contributo do desporto na promoção de estilos de vida saudáveis;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Jogo da Glória: Testar conhecimentos adquiridos nas sessões anteriores, acerca da temática das substâncias psicoactivas.

Material: Jogo da glória.

| |
|---------------------|
| Sessão nº 16 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Reflectir sobre as consequências de comportamentos desviantes;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Visualização do filme “Dangerous minds”. Este filme, retrata jovens pertencentes a classes sociais desfavorecidas e estigmatizadas e traduz vivências de comportamentos desviantes, em contexto escolar.

No final, é proporcionado um debate onde se analisa e se discute o filme, reportando-se para a realidade destes jovens.

Material: Filme.

Objectivos da sessão:

- Transmitir e implementar conhecimentos adquiridos ao longo das sessões;
- Fomentar a participação em actividades escolares e lúdicas;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes nos adolescentes;
- Chegar junto dos jovens com maior factor de vulnerabilidade;
- Promover a adopção de estilos de vida saudáveis;
- Criar um projecto de continuidade na escola;
- Planificar o projecto.

Actividade:

Através da técnica de brainstorming, os alunos têm de planificar, criar e implementar um projecto, de forma autónoma, na sua escola. Este projecto tem de informar, divulgar, consciencializar, “dar voz” aos jovens e promover a adopção de estilos de vida saudáveis, de forma a potenciar a divulgação do clube, assim como aumentar o envolvimento comunitário e chegar junto dos jovens com maior factor de vulnerabilidade.

Sessão nº 25

Objectivo da sessão:

- Aplicação do Pós-teste.

Material: Pós-teste.

Anexo 2.

Adaptação do Projecto Pares Líderes direccionado para o meio prisional.

Planificação das sessões informativas

Planificação

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 1 |
|---------------------|

Pretende-se com esta sessão apresentar o projecto, facultar os pré-testes ao grupo alvo escolhido com base na leitura e análise dos processos constantes do registo do estabelecimento prisional e discutir as razões que levaram à implementação do projecto.

Objectivos da Sessão:

- Apresentação e discussão do programa de intervenção;
- Aplicação do Pré-Teste.

Actividades:

4. Apresentação dos técnicos;
5. Apresentação do projecto: objectivos e actividades;
6. Aplicação do pré-teste: Leitura em voz alta do questionário/ preenchimento individual

Material: Pré-teste.

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 2 |
|---------------------|

Objectivos da sessão:

- Criação e apresentação dos membros do grupo;
- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo.

Actividade 1: Quebra-gelo (Apresentação) – “Como eu, como tu”

Este quebra-gelo introduz o conceito de diferenças e semelhanças, ajudando cada elemento de um grupo a descobrir um pouco mais sobre os outros e encoraja o respeito mútuo. A actividade inicia-se por pedir a cada formando para escolher um parceiro, encorajando para que trabalhem para além dos grupos de amizade, de forma a que encontrem uma coisa sobre o outro, comum a si próprio e outra em que difiram do outro. É importante assegurar que todos percebam que mais tarde vão ter de partilhar a informação que recolherem. Neste sentido, define-se um limite de tempo de 3-5 minutos, e depois solicita-se para que cada um apresente o seu parceiro com base na semelhança e na diferença que encontrarem.

| |
|---------------------|
| Sessão n.º 3 |
|---------------------|

Objectivos da Sessão:

- Promover um ambiente de motivação e confiança entre o grupo;
- Promover o auto-conhecimento de competências de liderança – exemplos: Dalai Lama, Che Guevara, Hitler, etc.

Actividades:

Definir e estabelecer com os formandos as normas e regras para o bom funcionamento do grupo. Neste sentido, divide-se os participantes em sub-grupos, que devem sugerir quais as regras de funcionamento do clube para o seu bom funcionamento e para que se sintam à vontade a discutir temas que considerem importantes: Ao fim de 10 minutos voltam a reunir-se e cada grupo apresenta as regras que definiu. Durante a apresentação de cada regra, deve discutir-se a importância e as vantagens da mesma. Um voluntário deverá escrever as regras que vão surgindo e sendo aprovadas numa cartolina, que posteriormente será afixada na sala. É importante que durante a sessão o dinamizador saliente o envolvimento activo individual e em grupo, a pontualidade e a confidencialidade que é necessária ao desenvolvimento de um ambiente de confiança.

Material: Folhas com palavras e 2 cartolinas.

Sessão n.º 4

Objectivos da sessão:

- Treino de respostas assertivas;
- Distinguir entre assertividade e agressividade;
- Desenvolver competências comunicacionais e a assertividade relacional.

Comunicação: é o processo de enviar e receber mensagens, quer verbais, quer não-verbais, entre dois ou mais sujeitos. Permite-nos encurtar distâncias, eliminar barreiras e ter êxito nas nossas relações pessoais. Neste sentido, expressar o que sentimos e desejamos é fundamental para enriquecermos e melhorarmos as relações.

O processo de comunicação está integrado pelos seguintes componentes: *emissor*, que é quem elabora e envia a mensagem; *receptor*, que recebe e interpreta; a *mensagem*, a informação; *meio*, suporte físico através do qual se transmite a mensagem; *código*, sistema de referência em função do qual se elabora e interpreta a mensagem e o *contexto*, que é a situação social, histórica, geográfica e psicológica do acto de comunicação em questão. Saber comunicar é uma arte, então devemos apreciá-la, mas não só, também devemos potenciá-la, porque está será sem dúvida uma boa condição para o sucesso. Desenvolver competências para uma comunicação efectiva requer um processo de aprendizagem estruturado, que providencie oportunidades para observar, praticar e dar feedback. É importante o que se diz numa comunicação, mas mais relevante é a forma como se diz.

As **competências comunicacionais** incluem:

- Empatia e escuta activa;
- Dar e receber feedback;
- Comunicação verbal e não verbal;
- Competências de assertividade e recusa;
- Negociação e resolução de conflitos;
- Cooperação e trabalho em equipa;

| Comunicação eficaz | Comunicação ineficaz |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • É fundamental para desenvolver comportamentos responsáveis relativamente ao uso de drogas, saúde sexual e participação social, escolar e comunitária; • Promove as relações interpessoais e a auto-estima; • Promove que os adolescentes dialoguem acerca de temas como as dependências, de forma aberta e honesta, sem se sentirem ameaçados, com pares, pais, professores ou outros significativos, desenvolvendo ideias e valores que os ajudarão a ser resilientes e tomar decisões informadas sobre o consumo de substâncias. | <ul style="list-style-type: none"> • Pode dar origem a sentimentos de insatisfação, solidão e conflito com pares, familiares e professores; • Pode, ao longo do tempo, diminuir a auto-estima e aumentar sentimentos de desesperança, utilizando outras pessoas para tomar as suas decisões ou resolver os seus problemas; • O uso de drogas e outros comportamentos desviantes pode ocorrer no seio de relações pobres: o uso de drogas é muitas vezes utilizado como meio para superar problemas relacionais portanto, se os adolescentes possuírem boas competências comunicacionais, não necessitarão de recorrer a substâncias. |

Passiva:

O sujeito que age de forma passiva ou submissa não expressa sentimentos, opiniões, necessidades, desejos ou direitos, ou fá-lo com pouca confiança e segurança, com um tom de voz baixo e de forma indirecta. Esta situação faz com que outros tirem partido da situação e tomem decisões por sua vez, sendo estas muitas vezes injustas ou abusadoras, fazendo-os sentir-se, muitas vezes incompreendidos e manipulados. Têm dificuldades em olhar os outros olhos-nos-olhos e, quando o fazem, podem ficar corados.

Agressiva:

O sujeito que expressa os seus desejos, sentimentos, necessidades, direitos e opiniões, mas de forma injusta, inadequada e sem respeitar os direitos de outra pessoa. Costuma dar ordens, manipular e só está interessado em obter o que quer e quando quer.

Não se preocupa com os sentimentos dos outros, costuma falar muito rápido, queixar-se com bastante frequência, usa um volume elevado, uma postura arrogante, fica muitas vezes corado de raiva. Ameaça, critica, humilha, intimida os outros o que, normalmente, desencadeia resultados positivos a curto prazo, uma vez o consegue atingir os seus objectivos mas, a longo prazo, podem surgir conflitos a rejeição destas.

Assertiva:

Surge, como equilíbrio, o sujeito assertivo, que expressa suas opiniões, desejos, necessidades e sentimentos, defende os seus direitos sem ofender os outros. Não tira proveito das pessoas, mas também não permite que abusem dele. Ser assertivo significa comunicar correctamente, de forma educada, ser honesto e directo. Caracteriza-se por um volume de voz firme, nem muito baixo nem muito alto, pelo olhar, olhos-nos-olhos, natural, atento, mostrando respeito pelo que se está a dizer e pela pessoa que está a falar.

Passos para ser assertivo:**Deves dizer:**

| | |
|--|---|
| 1. Refere-te ao comportamento que te deixou em conflito | 1. Quando... (estive à tua espera) |
| 2, Diz como te sentiste, sem culpabilizar a pessoa; | 2. Senti-me... (chateado/ aborrecido/ desapontado/ magoado/ ...) |
| 3. Dá uma sugestão sobre como gostarias que a pessoa se comportasse; | 3. Nesta situação, preferia que tu (me tivesses avisado que ias chegar tarde) |
| 4. Propõe uma consequência positiva resultante desse comportamento. | 4. Se o tivesses feito... (podíamos ter remarcado fazer isto outro dia, com mais tempo) |

Actividade:

Dividir o grupo em 3 subgrupos:

Grupo A: Juiz;

Grupo B: Gang;

Grupo C: “grupo de resistentes assertivos”.

O papel do *gang* é tentar convencer o grupo de resistentes a fazer algo errado com eles, por exemplo roubar algo numa loja. Estes usam capacidades assertivas para não alinhar com o *gang*. Podem utilizar afirmações “Eu sinto”, para dizer que não, argumentando para explicar que isso está errado, dizendo que eles têm coisas melhores para fazer, simplesmente ir embora, entre outras. Durante algum tempo, o *gang* e o grupo de resistentes desempenham os seus papéis. Os juízes observam a situação, tomam notas e, no final dão o seu veredicto sobre qual o grupo, *gang* ou dos resistentes, foi mais convincente e porquê. Ter algum tempo para discutir a decisão do grupo de juízes, bem como os comportamentos assertivos que podem ajudar a resistir à pressão negativa dos pares.

No final reúnem-se os participantes em plenário. O dinamizador coloca questões tais como:

Qual a parte mais difícil na resistência à pressão dos pares? Quais as coisas que podem ser feitas para melhorar a capacidade de expressão, conhecer as necessidades individuais e agir da melhor forma possível nestas situações? “Já ouviram falar de assertividade? Sabem do que e que se trata? Dá-me um exemplo de ser assertivo”, como é que os comportamentos assertivos podem ajudar nestas situações? e no final explica o conceito mostrando um data-show com a definição, assim como a definição de comunicação passiva e agressiva.

Material: Powerpoint, computador e folha a distribuir pelos alunos com informação.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 5 |
|--------------------|

Objectivos da Sessão:

- Resolução de Problemas/ conflitos;
- Fomentar e praticar formas construtivas de controlar os conflitos nas relações pessoais.

Esta actividade ajuda os formandos a perceber diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade. Irá explicar-se o conflito como um comportamento natural, resultado da proximidade entre as pessoas. Os cinco passos do método da Resolução de Conflitos, orienta os formandos para as diferentes formas de solucionar conflitos nas relações de amizade, bem como a desenvolver um sentimento de esperança para a maioria dos problemas em relações de amizade, uma vez que este poderá ser resolvido através de uma comunicação clara e directa. Na maioria das relações pessoais, nestas tendem a existir conflitos, mesmo que seja num curto período de tempo, ou que não tenha importância. A criação de situações conflituais hipotéticas e o treino de

diferentes formas de resolução de conflitos em grupo gera um panorama de alternativas, de argumentos, que podem ser utilizados em situações concretas da vida do jovem.

Material: Ficha de trabalho.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 6 |
|--------------------|

Objectivos da sessão:

- Desmistificar mitos sobre substâncias psicoactivas;
- Aumentar e testar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

Dividir o grupo em pequenos grupos, distribuindo pelos mesmos uma folha com alguns mitos e verdade sobre substâncias psicoactivas. Posteriormente, em grande grupo, reúnem-se para analisar e avaliar o número de questões correctas e erradas, assim como explorar o conteúdo e justificação de cada pergunta.

Material: Ficha de trabalho.

Sessão nº 7

Objectivos da sessão:

- Aumentar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;
- Aumentar o conhecimento dos formandos acerca dos serviços de apoio no âmbito das toxicodependências e da sua prevenção;
- Identificar os diferentes tipos de dependências;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes;
- Reflectir sobre as consequências de consumos de substâncias psicoactivas.

Actividade:

- **Informação acerca das substâncias psicoactiva** (substância, o que é, modo de administração, tipo de dependência, efeitos e situação legal): nesta actividade cada grupo irá receber um cartão de um puzzle e apresentar ao resto do grupo de forma a explicar qual a substancia psicoactiva.

Material: Puzzles, PowerPoint.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 8 |
|--------------------|

Objectivos da sessão:

- Testar o conhecimento dos formandos acerca das substâncias psicoactivas;
- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Promover atitudes, crenças, conhecimentos e competências adaptativas relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas;
- Promover a adopção de estilos de vida saudáveis;
- Reconhecer o contributo do desporto na promoção de estilos de vida saudáveis;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Jogo da Glória: Testar conhecimentos adquiridos nas sessões anteriores, acerca da temática das substâncias psicoactivas.

Material: Jogo da glória.

| |
|--------------------|
| Sessão nº 9 |
|--------------------|

Objectivos da sessão:

- Desenvolver competências pessoais e sociais;
- Reflectir sobre as consequências de comportamentos desviantes;
- Diminuir a incidência de comportamentos desviantes.

Actividade:

Visualização do filme: “*Green Street Hooligans*” (2005) realizado por Lexi Alexander.

| |
|---------------------|
| Sessão nº 10 |
|---------------------|

Objectivo da sessão:

- Aplicação do Pós-teste.

Material: Pós-teste.

Anexo 3.

Pré-teste

Pré-teste

Este questionário tem por finalidade medir o conhecimento e percepção relativa ao consumo de álcool, bem como sobre a legislação vigente no que concerne ao fenómeno do consumo e posse de substâncias psicoactivas em Portugal.

Regras:

1. Assinale a sua resposta preenchendo o quadrado com uma cruz;
2. Se se enganar, preencha o quadrado e marque uma cruz naquele que considerar correcto;
3. Responda a todas as questões.

Grupo 1 - Álcool

1.1. Na sua opinião, beber bebidas alcoólicas...

- a) Não tem riscos para a saúde
- b) Tem poucos riscos para a saúde
- c) Tem alguns riscos para a saúde
- d) Tem muitos riscos para a saúde

1.2. Tem por hábito consumir bebidas alcoólicas?

- a) Sim
- b) Não

1.3. Considera o consumo de álcool na população portuguesa...

- a) Moderado
- b) Exagerado
- c) Alarmante

1.4. Na sua opinião, o consumo de álcool pode ser considerado um problema de saúde pública?

- a) Sim
- b) Não

1.5. Tem conhecimento de legislação referente ao consumo de álcool em via pública?

- a) Sim
- b) Não

Ponto 2 – Drogas

2.1. Na sua opinião, o consumo de substâncias psicoactivas...

- a) Não tem riscos para a saúde
- b) Tem poucos riscos para a saúde
- c) Tem alguns riscos para a saúde
- d) Tem muitos riscos para a saúde

2.2. Tem/tinha por hábito consumir substâncias psicoactivas?

- a) Sim
- b) Não

2.3 Considera o consumo de substâncias psicoactivas na população portuguesa...

- a) Moderado
- b) Exagerado
- c) Alarmante

2.4. Na sua opinião, o consumo de substâncias psicoactivas pode ser considerado um problema de saúde pública?

a) Sim

b) Não

2.5. Tem conhecimento de legislação referente ao consumo e posse de substâncias psicoactivas em via pública?

a) Sim

b) Não

2.6. O consumo de substâncias psicoactivas é criminalizado?

a) Sim

b) Não

2.7. Tem conhecimento da legislação que abrange este consumo e posse de substâncias psicoactivas?

a) Sim

b) Não

Anexo 4.

Pós-teste

Pós-teste

Pretende-se nesta fase, avaliar os conhecimentos adquiridos após realização das sessões informativas, através da adaptação do Projecto Pares Líderes, em meio prisional. Para este fim, será realizada uma nova aplicação do questionário utilizado para o pré-teste.

Anexo 5.

Tabela de avaliação dos formandos

Avaliação do formando n° _____

Nome: _____

Data:

__/__/__

Sessão n°__

Actividade n°__ : _____

| Variáveis a avaliar | Parâmetros a considerar | Avaliação | Observações (comentários a realizar sobre a reclusa) |
|--------------------------------------|---|--|--|
| Assiduidade/ Pontualidade | Respeito pelos horários estabelecidos. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Empenho | Forma de como o formando ultrapassa as várias dificuldades que encontra. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Interesse | Interesse demonstrado pelo formando mesmo quando não se encontra em sessão. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |

| | | | |
|-----------------------|---|--|--|
| Participação | Envolvimento do formando nas actividades a que assiste. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Iniciativa | Sugestões elaboradas pelos formandos para melhorarem a actividade proposta. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Comportamento | Forma do formando lidar com os seus companheiros, com os guardas e com os técnicos. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Aproveitamento | Aproveitamento obtido pelo formando nas actividades que realiza. | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| <hr/> | | 1 2 3 4 5 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |

Anexo 6. **FICHA DE ACTIVIDADES**

Ficha de actividades

Actividade nº.

Designação:

| Descrição da actividade | Grupos a atingir | Duração total | Técnicos envolvidos | Objectivos gerais | Objectivos específicos | Indicadores |
|--------------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------|
| Actividade nº 1 | | | | | | |
| Actividade nº 2 | | | | | | |
| Actividade nº 3 | | | | | | |
| | | | | | | |